



Decreto nº 093/2026, de 02 de setembro de 2026.

Aprova e institui o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil do Município de Floriano-PI e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANO, ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC);

CONSIDERANDO as diretrizes do Decreto Federal nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020, que organiza o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC);

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer ações previamente organizadas para mitigação, preparação e resposta rápida a eventos adversos de origem hidrológica (tais como inundações, enxurradas, alagamentos e movimentos de massa decorrentes de chuvas intensas), visando a proteção da população e a redução de danos socioambientais e materiais;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído e aprovado o Plano de Contingência de Desastres Hidrológicos do Município de Floriano - PI, nos termos do Anexo Único que integra este Decreto.

Art. 2º O Plano de Contingência Hidrológico tem por finalidade orientar, organizar, padronizar e integrar as ações do Poder Público Municipal, de entidades privadas e da comunidade na prevenção, preparação, resposta rápida e recuperação diante da iminência ou ocorrência de desastres hidrológicos.

Art. 3º São objetivos fundamentais do Plano instituído por este Decreto:

- I. Definir claramente as competências e responsabilidades dos órgãos que compõem o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- II. Mapear os cenários de risco, pontos críticos de alagamento, inundação e áreas vulneráveis do território municipal;
- III. Estabelecer o protocolo de monitoramento climático e hidrológico em tempo real ;
- IV. Definir os níveis de ativação de alerta e os critérios para evacuação preventiva e emergencial das áreas afetadas;



V. Estruturar a logística de atendimento humanitário, instalação de abrigos temporários e provimento de insumos básicos à população.

Art. 4º O Plano de Contingência Hidrológico será ativado gradualmente pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMDEC), com base nos seguintes níveis de alerta e risco:

- I. Nível I (Observação): quando os índices pluviométricos ou níveis dos corpos hídricos indicarem estado de normalidade com possibilidade de alteração;
- II. Nível II (Atenção): quando houver previsão de continuidade de chuvas e indicadores apontarem elevação do risco;
- III. Nível III (Alerta): iminência de transbordamentos, alagamentos generalizados ou desmoronamentos estruturais, exigindo mobilização imediata de equipes operacionais;
- IV. Nível IV (Alerta Máximo): ocorrência confirmada do desastre hidrológico, demandando ações coordenadas de socorro, assistência e decretação, se necessário, de Situação de Emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP).

Art. 5º Todos os órgãos e secretarias da Administração Pública Municipal, de forma prioritária, deverão disponibilizar recursos humanos, logísticos e materiais necessários ao cumprimento das diretrizes do Plano de Contingência, sob a coordenação técnica da Defesa Civil.

Art. 6º O Plano de Contingência Hidrológico deverá ser revisado e atualizado anualmente, ou sempre que cenários climáticos, demográficos ou operacionais exigirem novas adequações técnicas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Floriano, Estado do Piauí, em 02 de setembro de 2026.

Antônio Reis Neto
Prefeito de Floriano-PI

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Lauro Antonio Cronemberger Júnior
Secretário Municipal de Governo

Numerado, registrado e publicado o presente Decreto, no Diário Oficial das Prefeituras Piauienses, Edição _____, que circulou no dia _____ de _____ de 2026.

Umbelina M.^a Siqueira da Silva Osório
Agente Administrativo



FLORIANO
GOVERNO MUNICIPAL



PLANO DE CONTINGÊNCIA, PROTEÇÃO
E DEFESA CIVIL 2026/27

PLANO DE **CONTINGÊNCIA** DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – **EVENTOS HIDROLÓGICOS**

2026/2027



RIO PARNAÍBA
FLORIANO – PIAUÍ



FLORIANO
GOVERNO MUNICIPAL





Sumário

APRESENTAÇÃO	6
1. INTRODUÇÃO	6
1.1 CONCEITOS IMPORTANTES.....	7
2. JUSTIFICATIVA	9
3. PANORAMA ATUAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANO	10
3.1 VIAS DE ACESSO/TRANSPORTE.....	11
3.2 RELEVO.....	11
3.3 HIDROGRAFIA	11
3.4 CLIMA	11
3.5 ESTAÇÕES DO ANO	11
3.6 TIPOS DE CLIMA	12
3.7 VEGETAÇÃO.....	12
3.8 SOLO	12
3.9 HISTÓRIA	12
3.10 FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	14
4. OCORRÊNCIA DE DESASTRE.....	15
4.1 A BACIA DO PARNAÍBA (CPRM, 2025).....	15
4.2 CLASSIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO BRASILEIRA DE DESASTRES.....	16
4.3 ABRANGÊNCIA DE APLICAÇÃO	16
5. OBJETIVOS	16
5.1 OBJETIVO GERAL.....	16
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
6. SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES.....	17
7. Características das enxurradas, inundações e alagamentos	23
7.1 Causas das inundações, enxurradas e alagamentos	23



7.2	Impactos das enxurradas, inundações e alagamentos.....	24
7.3	Medidas e Respostas.....	24
7.4	MEDIDAS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO .	25
7.5	Perfil de Vulnerabilidade	27
8.	MISSÃO, VISÃO E VALORES	28
8.1	Missão.....	28
8.2	Visão	28
8.3	Valores.....	29
9.	OBJETIVOS, METAS E INDICADORES DO PLANO MUNICIPAL	29
9.1	OBJETIVOS, METAS E INDICADORES	29
9.1.1	Objetivos e Metas.....	29
9.1.2	Meta	30
9.1.3	INDICADORES	43
10.	ESTADOS DO PLANO DE CONTIGÊNCIA.....	63
11.	ATRIBUIÇÕES DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO PLANO DE CONTINGÊNCIA.....	64
11.1	GABINETE DO PREFEITO / SECRETARIA DE GOVERNO	64
11.2	COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC	64
11.3	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	65
11.4	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA Erro! Indicador não definido.	
11.5	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	68
11.6	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO Erro! Indicador não definido.	
11.7	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	68
11.8	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	70



11.9 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO	Erro! Indicador não definido.
11.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	Erro! Indicador não definido.
11.11 SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO ...	Erro! Indicador não definido.
11.12 CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANO	71
11.13 CORPO DE BOMBEIROS - CBM	71
11.14 POLÍCIA MILITAR – 3º BPM	74
12. CONCLUSÃO	76
13. OBRAS CONSULTADAS	76
14. ANEXO I - SISTEMA DE COMANDO /CENTRAL DE GESTÃO DE CRISE - CGC APRESENTAÇÃO	77
15. FATORES A SEREM VERIFICADOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DE UMA SITUAÇÃO CRÍTICA	77
16. O ACIONAMENTO E O EMPREGO DO CGC	78
17. ROTEIRO PARA ATIVAÇÃO E EMPREGO DO CGC	79
18. LOCALIZAÇÃO DO POSTO DE COMANDO	80
19. COMPOSIÇÃO DO CGC	80
19.1 COMANDO UNIFICADO	80
19.2 Staff de Comando	81
19.2.1 Coordenador de Segurança	81
19.2.2 Atribuições da Coordenação de Segurança:	81
19.2.3 Coordenação de Ligações	82
19.2.4 Porta-Voz	82
19.2.5 Secretário	83
19.2.6 Staff Operacional	83
19.2.7 Coordenação de Operações	83
19.2.8 Coordenador de Planejamento	84



19.2.9 Coordenador de Logística	85
19.2.10 Coordenador de Administração	85
20. ORGANOGRAMA DO CGC	86
Anexo 03	86
21. INTEGRAÇÃO TECNOLÓGICA E COMUNICAÇÃO IMEDIATA	86
21.1 DIRETRIZ ESTRATÉGICA.....	86
21.2 ESPELHAMENTO DO COMANDO INTERNO (Sincronização Digital) ...	87
21.3 FLUXO DE COMUNICAÇÃO IMEDIATA COM PARCEIROS.....	87
21.4 MATRIZ DE CONEXÃO DOS PARCEIROS (QUEM RECEBE O QUÊ)....	88
21.5 MONITORAMENTO E AUDITORIA DA RESPOSTA.....	88
ANEXO III - CONTATOS EM CASOS DE SITUAÇÕES DE RISCO E ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS.....	89
ANEXO IV - ROTAS DE FUGA.....	90
ANEXO V – PISTA PARA POUSO DE AERONAVES.....	90
BIBLIOGRAFIA	92



APRESENTAÇÃO

Este Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil para Eventos Hidrológicos constitui-se como o instrumento estratégico central da Prefeitura Municipal de Floriano (PMF) para a salvaguarda da integridade física e patrimonial da população frente a cenários de desastres naturais. Sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMDEC), o documento sistematiza protocolos rigorosos e fluxos operacionais integrados, articulando as secretarias municipais e órgãos colaboradores em uma rede de resposta imediata. O objetivo fundamental é transcender a gestão reativa, estabelecendo uma logística de comando e controle que defina com clareza as responsabilidades institucionais, otimize o emprego de recursos e garanta que cada agente envolvido atue com precisão técnica e agilidade no atendimento às situações de emergência ou calamidade pública no território municipal.

A estrutura operacional deste plano fundamenta-se na premissa de que a proteção à vida é um dever permanente, executado através de um ciclo contínuo de resiliência dividido em quatro fases essenciais: a Preventiva, focada na mitigação de riscos e preparação da comunidade; a de Socorro, voltada para a interrupção de perdas humanas e materiais no auge do evento; a Assistencial, que assegura o suporte humanitário digno aos desalojados e desabrigados; e a Recuperativa, dedicada ao restabelecimento célere da normalidade social e reconstrução da infraestrutura. Ao consolidar estas diretrizes, Floriano reafirma seu compromisso com a gestão técnica de riscos hidrológicos, transformando o planejamento em uma política de estado capaz de reduzir a vulnerabilidade local e assegurar um ambiente urbano e rural mais seguro e preparado para os desafios climáticos contemporâneos.

1. INTRODUÇÃO

Compete à Defesa Civil a garantia do direito à vida, em circunstâncias de evento hidrológico, buscar a redução da ocorrência e da intensidade de eventos hidrológicos adversos, já que eliminá-los é um objetivo inatingível. É uma atividade permanente que se desenvolve em quatro fases:

- I. Preventiva:** quando medidas são adotadas visando a não ocorrência de desastres ou a preparação da população para os inevitáveis;



- II. **Socorro:** quando todo o esforço é feito no sentido de se evitar perdas humanas ou patrimoniais na área atingida;
- III. **Assistencial:** quando são criadas condições de abrigo, alimentação e atenção médica às vítimas e desabrigados;
- IV. **Recuperativa:** quando investimentos são feitos para a recuperação das condições de vida existentes antes desastre, no mais curto espaço de tempo possível.

É nesse contexto que este plano sistematiza as ações desenvolvidas pela Defesa Civil, integrados com outras secretarias municipais e órgãos públicos em nível municipal, estadual e federal, e consiste em uma ferramenta gerencial capaz de agilizar o comando, controle e coordenação das ações de respostas em situações críticas, fornecendo um meio de articulação dos esforços atuando com o objetivo comum de estabilizar uma situação crítica e proteger vidas, propriedade e o meio ambiente.

1.1 CONCEITOS IMPORTANTES

- I. **Abrigos Temporários:** Abrigo organizado, dentro de uma instalação fixa e adaptado para esta finalidade, por um período determinado;
- II. **Alagamento:** Acúmulo temporário de água em determinada área urbana ou rural, provocado por limitações estruturais, saturação ou bloqueios na rede de drenagem.
- III. **Alerta:** o alerta é um sinal, sistema ou dispositivo de vigilância que tem por finalidade alertar sobre um perigo ou risco eminente ou previsível a curto prazo e que deixa a defesa civil de prontidão;
- IV. **Área de risco de enchentes e inundação:** Terrenos marginais e cursos d'água ocupados por assentamentos habitacionais precários sujeitos ao impacto direto de processos de enchente e inundação;
- V. **Atenção:** Usada quando o risco de um evento meteorológico ou hidrológico adverso é significativo, mas sua ocorrência, quanto à localização ou ao

momento, ainda é incerta. Uma atenção significa que um evento adverso é possível;

- VI. Aviso:** Emitido quando um evento meteorológico ou hidrológico está acontecendo, é eminente ou provável. Um aviso significa que as condições do tempo configuram uma ameaça a vida ou propriedade;
- VII. Defesa Civil:** sistema de governança pública e articulação comunitária volta à gestão integral de risco e desastres. Atua de forma territorial por meio da prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução, garantida a proteção da vida, a preservação do patrimônio e a sustentabilidade.
- CONCEITUAL**
- VIII. Desabrigados:** Pessoa cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo;
- IX. Desalojados:** Pessoa que foi obrigada a abandonar temporária ou definitivamente sua habitação, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave, decorrentes do desastre, e que não carece de abrigo;
- X. Desastre:** resultado de eventos adversos, naturais ou provocado pelo homem sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios;
- XI. Enchente:** Elevação do nível de água de um rio, acima de sua vazão normal. Termo normalmente utilizado como sinônimo de inundação.
- XII. Enxurrada:** Escoamento superficial concentrado e com alta energia de transporte ocasionado em eventos chuvosos intensos ou extremo. Geralmente quando ocorrem e não há tempo hábil para os moradores tomarem os devidos procedimentos para se protegerem ou salvarem os seus bens;
- XIII. Situação de Emergência:** situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta;



- XIV. Estado de Calamidade Pública:** situação de alteração intensa e grave as condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta;
- XV. Inundação:** Processo de extravasamento das águas do canal de drenagem para as áreas marginais (planície de inundação, várzea ou leito maior do rio) quando a enchente atinge cota acima do nível da calha principal do rio;
- XVI. Situação Crítica:** se estabelece quando suas características de risco exigem, além de uma intervenção imediata de profissionais treinados com equipamentos adequados, uma postura organizacional não rotineira para a coordenação e o gerenciamento integrados das ações de resposta;
- XVII. Plano de Contingência:** Plano de Contingência é um instrumento onde estão definidas as responsabilidades estabelecidas para uma organização atender a uma emergência e contém informações detalhadas sobre as características da área envolvida. É um guia desenvolvido com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e combate às ocorrências anormais. É a ferramenta que registra o planejamento elaborado a partir da percepção do risco de determinado tipo de desastre e estabelece os procedimentos e responsabilidades. Visa, portanto, preparar o município para promover uma eficiente gestão de riscos de desastres;

2. JUSTIFICATIVA

A atuação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMDEC), fundamentada neste Plano de Contingência, justifica-se pela necessidade imperativa de estruturar uma resposta institucional célere, coordenada e eficiente diante da crescente severidade dos eventos hidrometeorológicos que atingem o município de Floriano. Este planejamento ancora-se também na realidade dos fatos e na gravidade das ocorrências registradas durante o evento adverso que culminou na decretação oficial de Situação de Emergência pelo Executivo Municipal.

A gravidade da situação, detalhada nos relatórios de campo e levantamentos de demandas da Secretaria de Meio Ambiente(SEMAM) ,da Secretaria Municipal de



Saúde (SMS) , da Secretaria de Educação (SEMED) , da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (SMDRA) da Secretaria de Assistência Social (SEMDAS) ,da Secretaria Municipal Infraestrutura (SMII) da Defesa Civil e do Ministério Público , evidencia a vulnerabilidade do território: o registro de precipitações intensas e concentradas resultou na saturação do sistema de drenagem urbana, no transbordamento de riachos e no rompimento de barramentos em localidades da zona rural, provocando o isolamento de trechos e comprometendo a produção agrícola local. Na zona urbana, as vistorias identificaram diversas famílias em situação de vulnerabilidade, com residências que sofreram danos estruturais e perda de bens essenciais, expondo a população a riscos sanitários e insegurança alimentar.

Portanto, a presente justificativa sustenta-se na urgência de potencializar as ações preventivas e de resposta para mitigar o impacto de eventos de evolução rápida. A recorrência de tais episódios e a magnitude dos danos humanos e materiais constatados consolidam este plano como ferramenta gerencial indispensável para a salvaguarda da vida, a proteção do patrimônio e a garantia da resiliência do município de Floriano frente aos desafios impostos pelos extremos climáticos contemporâneos.

3. PANORAMA ATUAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANO

Floriano é um município brasileiro do estado do Piauí, situado na Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba, à margem direita desse mesmo rio, em frente à cidade de Barão de Grajaú, Maranhão. A cidade fica a 245 km da capital do estado do Piauí, Teresina, sua altitude é de 140 metros e o clima é quente e seco, no verão, e úmido na época das chuvas. Acidentes geográficos do município incluem o Rio Parnaíba, que banha a cidade e o município em toda sua extensão.

Seguem-lhe os rios Gurgueia e Itaueira. Pela porção Oeste; com os Municípios Nazaré, Oeiras e Picos na porção Leste; na porção Sul, com o Município de Itaueira, Rio Grande; na porção Norte, com o Amarante, Regeneração e a capital Teresina. Sua área geográfica é de 3.407,979 km².



3.1 VIAS DE ACESSO/TRANSPORTE

O município possui várias vias de acesso, sendo algumas delas: A BR-230 conecta Floriano com o Sul/centro do Piauí, útil para integrar com regiões de produção agrícola, interior do estado e com outras rotas de longo percurso.

A BR-343 liga Floriano ao litoral e a importantes centros urbanos (como Teresina e Parnaíba), sendo estratégica para turismo, comércio e transporte de cargas.

A PI-140 amplia o alcance de Floriano para o interior-sul do Piauí, conectando a municípios menos centrais e facilitando acesso a regiões rurais ou de menor densidade populacional.

3.2 RELEVO

O relevo de Floriano é composto por platôs e chapadas com altitudes entre 400 e 800 metros acima do nível do mar. O município está localizado na Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba, à margem direita do Rio Parnaíba.

3.3 HIDROGRAFIA

A hidrografia de Floriano é composta pelo Rio Parnaíba, que banha a cidade e o município, e pelos rios Gurgueia e Itaueira.

3.4 CLIMA

O clima predominante em Floriano, é o clima tropical quente e seco (BSh), caracterizado por:

1. Temperatura média anual: 26°C a 28°C;
2. Precipitação média anual: 900-1.200 mm;
3. Estação seca: maio a novembro;
4. Estação chuvosa: dezembro a abril;
5. Umidade relativa: 60-80%.

3.5 ESTAÇÕES DO ANO

1. Estação Chuvosa (Inverno local);
2. Grande parte da precipitação anual ocorre neste período;
3. Temperaturas mais amenas e maior umidade Estação Seca (Verão local);



4. Baixa umidade, forte insolação;
5. Altas temperaturas, especialmente entre setembro e novembro;

3.6 TIPOS DE CLIMA

1. Tropical quente e seco (BSh): predominante;
2. Tropical úmido (Af): presente em áreas próximas ao Rio Parnaíba;

3.7 VEGETAÇÃO

A vegetação de Floriano, é predominantemente de caatinga, mas também apresenta regiões com cerrado, composta ainda por Caatinga, típica do semi-árido; Cerrado, que se mistura com a caatinga em algumas regiões e Cinturão de vegetação nativa, quase intocada, na periferia dos bairros.

3.8 SOLO

Os solos do município de Floriano, no Piauí, são compostos por latossolos vermelho-amarelo, solos litólicos distróficos e areias quartzosas distróficas.

3.9 HISTÓRIA

O processo histórico de ocupação urbana de Floriano foi lento, vindo a acelerar-se de forma mais significativa apenas no século XX. Conformou-se em uma ocupação centrífuga (tendo como centro a sede do Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara, na beira-rio) e relacionando-se também com dois processos históricos distintos, vinculados às modalidades de transporte fluvial e rodoviária. O primeiro formatou o sítio nas proximidades do porto e o segundo vem orientando a ocupação em função das grandes rodovias presentes na área urbana.

O marco fundante para a ocupação do espaço onde hoje se encontra a cidade de Floriano foi a criação do Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara, em 1873. Anteriormente à criação do Estabelecimento, todo o território fazia parte das chamadas Fazendas Nacionais, pertencentes ao patrimônio da Coroa Portuguesa, terras que, anteriormente, tinham pertencido à sesmaria de Domingos Afonso Mafrense, criada em 1676. Uma história que remonta ao século XVII e ao ciclo do gado.



O Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara foi criado para ser uma colônia de propriedade do Governo Imperial. Foi projeto do agrônomo Francisco Parentes, que conseguiu, em 1873, sua indicação para fundar e administrar o Estabelecimento pelo prazo de 15 anos.

O caráter rural do território ocupado pelo Estabelecimento, contudo, só se modificou em finais da década de 80 do século XIX, quando foi liberada, para particulares, uma área à beira do Rio Parnaíba. Vieram, então, ocupar o local pessoas de outras localidades. Com a chegada destes novos habitantes, o lugar ocupado por eles foi-se desenvolvendo, espraiando-se em ruas executadas segundo traçado planejado em Teresina, a pedido do Ministério da Agricultura. Estabelecia-se, assim, o núcleo urbano primitivo da futura Floriano, nas proximidades da hoje Igreja Matriz.

Em 1890, o povoado-sede do Estabelecimento foi elevado à condição de vila e, em 1897 a Vila da Colônia à categoria de cidade, com o nome de Cidade Floriano. Em 1915, foi projetada a estrada de rodagem Floriano-Oeiras, que interligou as localidades interioranas com Floriano, garantindo a comunicação, por meio do Parnaíba, com o norte do Estado. Floriano era, então, importante porto de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias.

Tendo em vista a sua posição geográfica, Floriano passou a ser ponto de convergência do comércio do sul do Estado do Piauí, atraindo importantes trocas comerciais com outros Estados. Nesse contexto de modernização da cidade e de consolidação de seu caráter comercial, vale ressaltar a importância do rio Parnaíba e do transporte fluvial. O transporte fluvial feito pelos Vapores existia na região desde fins do século XIX e foi continuado com os chamados Motores até a década de 60 do século XX.

Na década de 20 do século passado, importantes modernizações aconteceram na cidade. Em 1924 foi inaugurada uma usina para garantir o provimento de energia elétrica. De 1929 a 1930 foi construída a estrada carroçável ligando Floriano a Itaueira, funcionando como importante escoadouro da produção agrícola daquela região. Nesse mesmo período foram realizadas obras de embelezamento da cidade. Foi feita, por exemplo, arborização com mudas de ficus-benjamim.

Em 1933 foi realizado a primeira pavimentação Polidétrica em Floriano, em toda a extensão da Avenida João Luiz Ferreira e parte da Praça João Pessoa (Sebastião Martins), objetivando facilitar o trabalho das carroças que demandavam a beira do rio em busca de mercadorias destinadas às casas comerciais da cidade.



Apenas em 1959 ocorreu a implantação dos primeiros serviços de telefonia e de abastecimento de água da cidade. Nesse mesmo ano foi construído o aeroporto Cangapara.

Contudo, definitivos para a atual configuração urbana foram os anos a partir da década de setenta, quando foram criados novos bairros e ruas, que ampliaram os limites de Floriano. Foram realizados o anel viário; a eletrificação e urbanização do bairro Taboca; a abertura de ruas no planalto Sambaíba, dando origem ao hoje chamado bairro Sambaíba Nova; a doação de terrenos para a construção dos conjuntos habitacionais Hermes Pacheco e Paraíso; a abertura de ruas como a José Nogueira, Anfilóbio Melo, Joaquina Freitas, Veras de Holanda e João Pereira, a oeste da zona urbana, em lugares até então ocupados por vacarias, olarias e terrenos com plantio para pasto; e a abertura de ruas no bairro Cancela. Em função dessas mudanças intensificou-se a expansão em direção ao anel, em alguns pontos atravessando-o, alcançando bairros como Irapuá I e Irapuá II.

Os contornos atuais de Floriano expandem-se para além do anel viário criado na década de 70, mas ainda se atrelam a ele, margeando-o. Mesmo havendo ainda hoje grande número de lotes vazios nos bairros centrais da cidade, existe na Prefeitura diretriz para a criação de um novo anel viário, o qual atravessará os bairros mais periféricos da atual zona urbana.

3.10 FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Elevado à categoria de município e distrito, com a denominação de Manga, pela Resolução Provincial Estadual nº 543, de 20-07-1864. Sede na povoação de Manga. Instalado em 08-09-1867.

Pela Resolução Estadual n.º 2, de 19-06-1890, a sede da vila de Manga é transferida para a povoação de Colônia de São Pedro de Alcântara, com a denominação de Colônia. Pela mesma Lei é criado o distrito de Colônia.

Pela Lei Estadual nº 67, de 25-09-1895, é extinto a vila de Colônia e anexada ao município de Jerumenha.

Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Colônia, pela Lei nº 93, de 18-06-1896, é desmembrado de Jerumenha. Sede na antiga vila de Colônia. Constituído do distrito sede. Reinstalado em 13-08-1896.

Foi elevado à condição de cidade com a denominação de Floriano, pela Lei Estadual nº 144, de 08-07-1897.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

No quadro fixado para vigorar no período de 1944 a 1948 o município é constituído do distrito sede. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.

Fonte:

Floriano (PI). Prefeitura. 2015. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/floriano/historico>. Acesso em jan. 2025.

4. OCORRÊNCIA DE DESASTRE

O cenário proposto para aplicação deste plano é voltado para os desastres provocados pelo excesso volume de precipitações que ocorrem todos os anos no Estado e consequente elevação do nível do rio, ocasionando potencial transbordo o que provoca enchentes, inundações e/ou enxurradas.

4.1 A BACIA DO PARNAÍBA (CPRM, 2025)

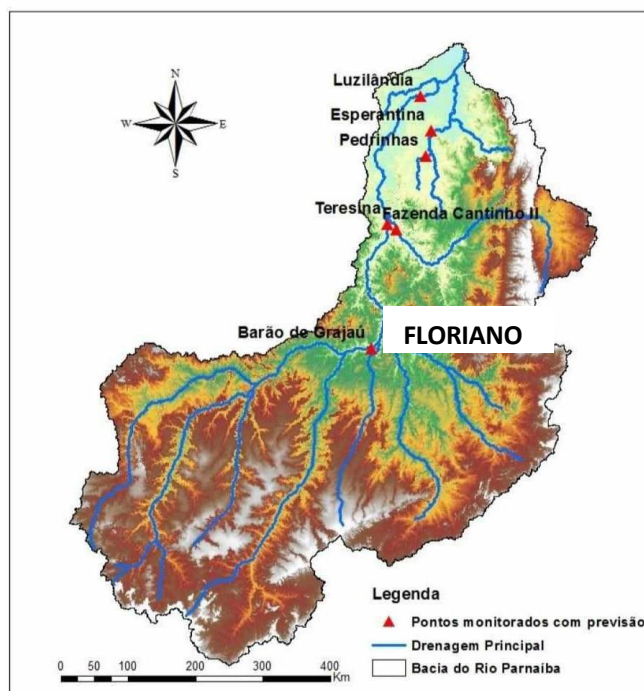


Figura 1. Mapa das estações que compõe o Sistema de Alerta Hidrológico da Bacia do rio Parnaíba e apresentam previsões.

O Boletim de Monitoramento da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, publicado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) em 2025, está disponível no site do CPRM. O boletim apresenta informações sobre o monitoramento hidrológico da bacia do Rio Parnaíba, incluindo previsões de níveis dos rios e alertas de inundações.

Os dados das estações de monitoramento estão disponíveis no site do CPRM, assim como todos os boletins emitidos. Além disso, o CPRM também oferece um aplicativo que permite navegar pelas áreas de risco e suscetíveis a movimentos de massa e inundações.

Para acessar o boletim, você pode visitar o site do CPRM e procurar pela seção de monitoramento da bacia do Rio Parnaíba. Lá, você encontrará os boletins mais recentes, incluindo o de 23/01/2025.

4.2 CLASSIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO BRASILEIRA DE DESASTRES

2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	2.5
CATEGORIA	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	COBRADE
NATURAL	HIDROLÓGICO	INUNDAÇÃO ENXURRADA ALAGAMENTO	- - -	- - -	1.2.1.0.0 1.2.2.0.0 1.2.3.0.0

Fonte: (Plano de Contingência Estadual de Inundações).

4.3 ABRANGÊNCIA DE APLICAÇÃO

A aplicação deste plano tem abrangência em todo o espaço territorial do município de Floriano, tanto em área urbana quanto rural.

5. OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Seu objetivo principal é gerenciar, agilizar, organizar e uniformizar as ações necessárias à prevenção e resposta a desastres e situações anormais que exijam intervenção deste COMDEC.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estabelecer as ações a serem executadas na ocorrência de desastres, que permita a garantia da integridade física e moral da população, bem como preservar o patrimônio público e privado.
- Gerenciar e organizar juntamente com outros órgãos e entidades, ações de socorro e assistência a população vitimada;
- Organizar juntamente com outros órgãos e entidades, ações de reabilitação de cenários dos desastres;
- Promover, juntamente com outros órgãos e entidades, o mais rápido possível, restabelecimento dos serviços públicos essenciais e o moral da população.
- Implementar e utilizar ferramentas de inovação tecnológica (como sistemas de monitoramento via IoT, aplicativos de geolocalização e plataformas de gestão em nuvem), para garantir que a comunicação entre a Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM) , a Secretaria de Educação (SEMED) , a Secretaria de Assistência Social (SEMDAS) , Secretaria de Municipal de Saúde (SEMS) , a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (SMDRA) , a Secretaria Municipal Infraestrutura (SMII) , a Defesa Civil, a Superintendência de Transporte e Trânsito (SUTRAN) o Corpo de Bombeiros , a Polícia Militar, ocorra de forma sincronizada e em tempo real durante as ocorrências.

6. SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES.

O Município de Floriano se situa próximo às margens do Rio Parnaíba. Apesar de seu centro urbano se situar relativamente distante da margem direita do rio Parnaíba, o município possui algumas comunidades muito próximos ao curso deste rio de grande porte. Observa-se um eixo de crescimento urbano em planícies de inundação. Estes locais sofrem com inundações esporadicamente, sendo algumas delas em anos anteriores.

6.1 SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES, ENXURRADAS E INUNDAÇÕES

LOCAL	TIPOLOGIA	
-------	-----------	--



Loteamento Conviver	Alagamento Urbano / Acúmulo Pluvial	Bairro Meladão
Loteamento Cidade Universitária	Alagamento / Enxurrada	Bairro Meladão — Proximidades da residência do Sr. Rogério Holanda
Rua Genésia Rosado	Alagamento / Retenção Pluvial	Bairro Manguinha — Proximidades da Academia Evolution
Rua Emídio Rocha	Alagamento Urbano	Bairro Manguinha — Proximidades do CEEP
Rua Gabriel Ferreira	Alagamento / Enxurrada	Proximidades da Escola Odorico
Rua Petrônio Portela	Alagamento Urbano	Bairro Campo Velho — Ao lado do Mr. Sport
Área de Alagados	Inundação / Alagamento Severo	Bairro Irapuá 2
Avenida Fauzer Bucar — Ponto 1,2 2 3	Alagamento / Enxurrada (Via Arterial/Comercial)	Trecho Inicial, central e final
Avenida Esmaragdo de Freitas (Av. Beira Rio)	Alagamento / Enxurrada / Inundação Fluvial	Margem do Rio Parnaíba, Cais de Floriano e Porto Areal
Rua Veras de Holanda	Alagamento Urbano	Setor Central / Bairro Sambaíba
Rua Félix Pacheco	Alagamento Urbano	Centro Comercial de Floriano
Rua Raimundo Castro	Alagamento Urbano	Próximo à Casa de Saúde / Hospital
Avenida Senador Dirceu Arcoverde / Bairro Irapuá I e II	Inundação / Alagamento / Calha Pluvial	Bairro Manguinha / Região do Irapuá / Próximo à UBS Dirceu Arcoverde
Bairro Taboca (Vias Internas e Conjunto)	Inundação / Alagamento Severo	Entorno do leito e ramificações do Riacho Taboca
Bairro São Borja (Malha Viária)	Alagamento / Enxurrada	Região do Bairro São Borja / Áreas de baixada urbana



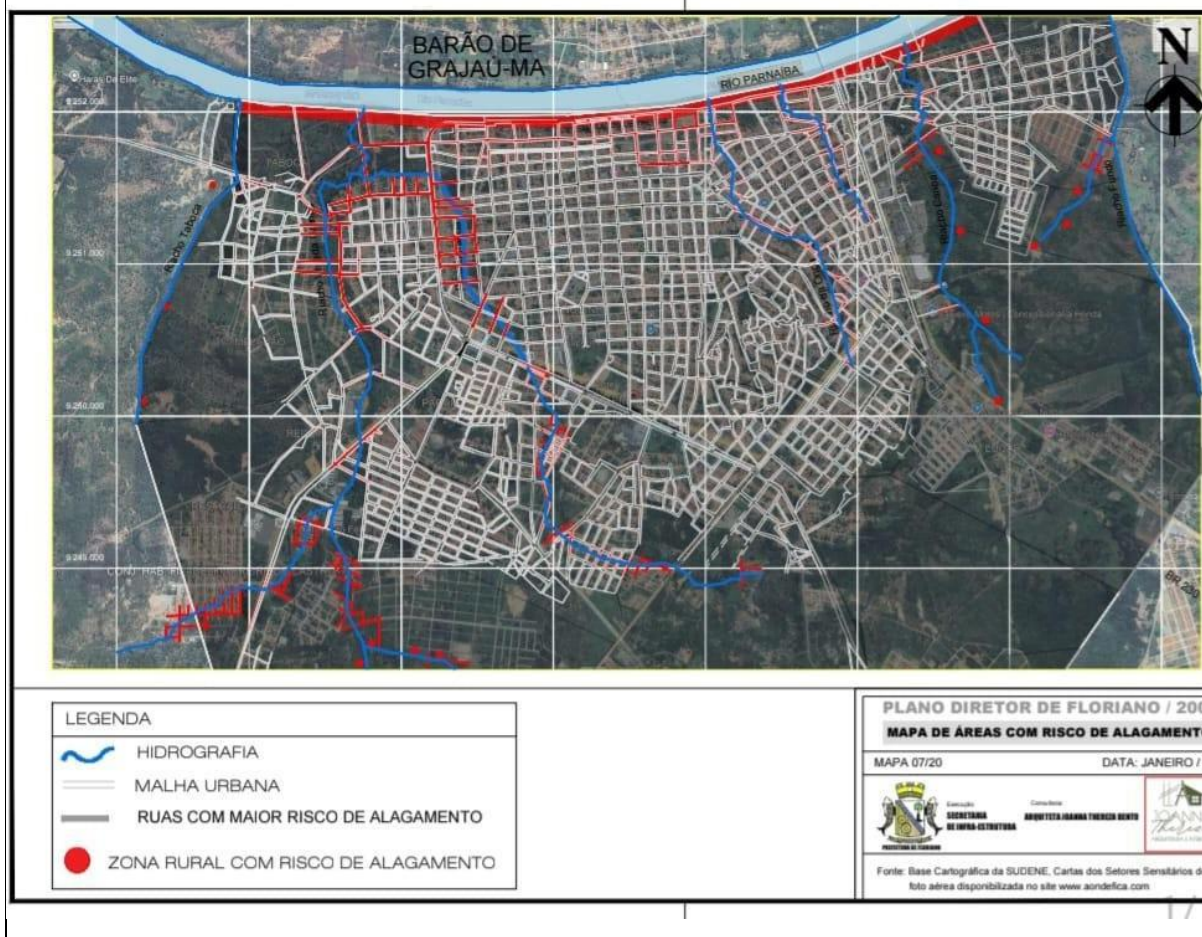
Bairro Campo Velho (Malha Viária)	Enxurrada / Alagamento	Região do Bairro Campo Velho / Vias secundárias
Passagens de Nível da BR-230 (Perímetro Urbano / Saída Leste)	Rodovia Federal / Travessia de Canal (Alagamento Crítico)	Saída Leste de Floriano / Cruzamento com o Riacho Fundo
Zona Rural: Saco e Vereda Grande	Enxurrada / Erosão Pluvial	Trechos de estradas vicinais e travessias na Zona Rural
IMAGENS		





6.2 MAPEAMENTO DOS RIACHOS

RIACHO TABOCA, RIACHO VEREDA GRANDE, RIACHO IRAPUÁ, RIACHO DA ONÇA, RIACHO CANOA E RIACHO FUNDO.



Fonte: SEINFRA 2025.

6.3 MAPEAMENTO DE ÁREAS DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES, ENXURRADAS E INUNDAÇÕES - ZONA URBANA - DANOS E DESTRUIÇÃO EM PONTES E BUEIROS

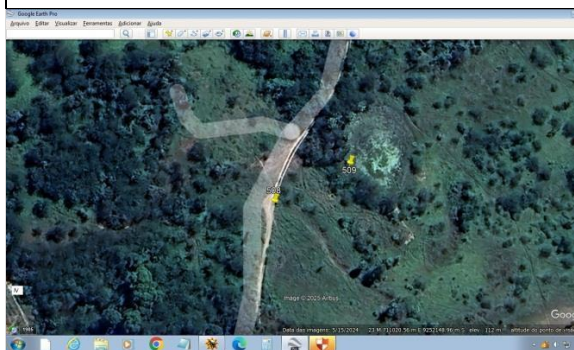


Fonte: PMF-SECOM.



6.4 MAPEAMENTO DE ÁREAS DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES, ENXURRADAS E INUNDAÇÕES AFETANDO A ZONA RURAL

LOCAL	TIPOLOGIA
ASSENTAMENTO CASULO ASSENTAMENTO SANTO ANTONIO	INUNDAÇÃO ALAGAMENTO



Fonte: (SMDR/COMDEC,2025)

7. Características das enxurradas, inundações e alagamentos

- I. **Enxurradas:** Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Apresenta grande poder destrutivo.
- II. **Inundações:** As inundações referem-se ao extravasamento das águas de um rio, saindo do seu canal e atingindo a planície de inundação. No Piauí, as inundações frequentemente afetam áreas urbanas e rurais situadas ao longo dos cursos d'água e nas proximidades de reservatórios.
- III. **Alagamentos:** Os alagamentos compreendem o acúmulo momentâneo de água em determinados locais por deficiência ou problema no sistema de drenagem pluvial urbana, como cursos d'água, e intensificadas pelo acúmulo de lixo ou bueiros entupidos.

7.1 Causas das inundações, enxurradas e alagamentos

- I. **Chuvas Intensificadas:** O Piauí pode experimentar chuvas intensas e concentradas em um curto período, especialmente durante os meses chuvosos. Essas chuvas podem exceder a capacidade de drenagem natural dos rios e córregos, resultando em inundações.
- II. **Desmatamento e Urbanização:** O desmatamento e a urbanização desordenada contribuem para o aumento do escoamento superficial da água, reduzindo a capacidade do solo de absorver água e agravando os riscos de alagamentos e inundações. A construção de áreas impermeáveis, como pavimentos e edificações, impede a absorção adequada da água.
- III. **Gestão de Recursos Hídricos:** A falta de infraestrutura adequada para gerenciar o fluxo de água, como sistemas de micro e macrodrenagem e barragens, pode levar a problemas de alagamentos. A ausência de manutenção e planejamento insuficiente de obras hídricas também contribui para a ocorrência de inundações.

- IV. Mudanças Climáticas:** As mudanças climáticas têm potencial para aumentar a frequência e a intensidade das chuvas extremas, tornando-as mais comuns e severas.

7.2 Impactos das enxurradas, inundações e alagamentos

- I. Destruição de Infraestrutura:** As enxurradas e inundações causam a destruição de infraestrutura, como ruas, pontes e edifícios. A reconstrução desses danos gera altos custos para os governos e pode levar anos para que a normalidade seja restaurada.
- II. Danos à Agricultura:** As áreas agrícolas podem ser severamente afetadas, com a perda de colheitas e a destruição de terras cultiváveis. Isso prejudica a segurança alimentar e a economia local, além de aumentar a insegurança alimentar para a população.
- III. Deslocamento de Populações:** Inundações e alagamentos podem forçar o deslocamento temporário ou permanente de famílias. Comunidades em áreas baixas e ribeirinhas são particularmente vulneráveis e podem enfrentar a perda de suas residências e meios de subsistência.
- IV. Impactos Ambientais:** O aumento do fluxo de água pode levar à erosão do solo e à degradação de habitats naturais. A poluição das águas com esgoto e resíduos pode ocorrer, afetando a qualidade da água e a saúde ecológica dos rios e lagos.
- V. Saúde Pública:** A água estagnada pode se tornar um vetor para doenças transmitidas por água, como leptospirose e dengue. Além disso, as condições de alagamento podem agravar problemas de saúde, como doenças respiratórias e gastrointestinal.

7.3 Medidas e Respostas

- I. Infraestrutura de Drenagem:** Investir na construção e na manutenção de sistemas de drenagem eficientes é crucial para minimizar os impactos das inundações e alagamentos. Projetos

como a ampliação de canais e a construção de reservatórios temporários podem ajudar a controlar o fluxo de água.

- II. Planejamento Urbano:** A implementação de práticas de planejamento urbano sustentável, que considerem a permeabilidade do solo e a gestão de águas pluviais, pode reduzir o risco de alagamentos. As chamadas soluções baseadas na natureza, como o uso de técnicas de urbanismo verde, a criação de áreas de absorção e o plantio de vegetação, podem ajudar na gestão da água.
- III. Monitoramento e Alerta:** Sistemas de monitoramento climático e de previsão de chuvas intensas são essenciais para alertar a população e permitir ações preventivas. Programas de alerta precoce e comunicação eficaz podem ajudar a minimizar os danos e facilitar a evacuação, quando necessário.
- IV. Educação e Conscientização:** A educação das comunidades sobre os riscos e as melhores práticas para lidar com inundações e alagamentos é fundamental. Campanhas de conscientização podem promover medidas preventivas e preparar a população para reagir adequadamente durante eventos climáticos adversos.
- V. Resposta Emergencial:** A implementação de planos de resposta emergencial, que incluam a coordenação de esforços entre diferentes níveis de governo e organizações não-governamentais, é vital para fornecer assistência rápida e eficaz às áreas afetadas.

As inundações têm um impacto devastador na infraestrutura, na saúde pública e na economia local. A destruição de estradas, pontes e casas leva a um aumento nos custos de reparação e reconstrução, além de deslocar comunidades inteiras e interromper atividades econômicas.

7.4 MEDIDAS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO

- I. Inspeção e Manutenção Regular:** A realização de inspeções regulares e a manutenção adequada das barragens são essenciais para garantir sua integridade estrutural. Isso inclui monitoramento de possíveis falhas e implementação de reparos necessários. A SEDEC

atua em colaboração com os empreendedores, auxiliando no fortalecimento das ações de segurança e prevenção de riscos.

- II. Projeto e Construção Adequados:** Investir em projetos e construções de barragens de acordo com padrões de engenharia rigorosos e considerando as características locais é fundamental para garantir a segurança das estruturas. A SEDEC atua em colaboração com os empreendedores, auxiliando no fortalecimento das ações de segurança e prevenção de riscos.
- III. Gerenciamento de Recursos Hídricos:** O controle adequado do armazenamento de água e a implementação de estratégias para lidar com grandes volumes de precipitação podem ajudar a evitar a sobrecarga das barragens. Sistemas de escoamento e liberação controlada de água são essenciais. A SEDEC atua em colaboração com os empreendedores, auxiliando no fortalecimento das ações de segurança e prevenção de riscos.
- IV. Planos de Emergência e Evacuação:** A criação de planos de emergência, que incluam rotas de evacuação e sistemas de alerta precoce, é crucial para minimizar o impacto de um possível rompimento. A população deve estar bem-informada e preparada para agir rapidamente, por meio dos Exercícios Simulados e do Plano de Ação de Emergência (PAE), cuja responsabilidade cabe ao construtor. A SEDEC atua como colaboradora, apoiando em ações de segurança, prevenção e conscientização da população.
- V. Educação e Conscientização:** Promover a conscientização sobre os riscos associados às barragens e as medidas de segurança pode ajudar a comunidade a estar mais preparada e a reagir de forma eficaz em caso de emergência. A SEDEC atua como colaboradora, apoiando ações de segurança, prevenção e conscientização da população.
- VI. Monitoramento e Tecnologia:** O uso de tecnologias modernas para monitorar a integridade das barragens e prever possíveis falhas é uma abordagem eficaz para a prevenção. Sistemas de sensores e modelos preditivos podem fornecer alertas antecipados e ajudar na gestão proativa. O uso de tecnologias modernas para monitorar a



integridade das barragens e prever possíveis falhas é uma abordagem eficaz para a prevenção. Sistemas automáticos de medição de pressão, monitores, câmeras de movimento, piezômetros e estações automáticas de chuva podem ser integrados para fornecer uma visão abrangente da big data permite identificar padrões de risco, proporcionando alertas antecipados e auxiliando na gestão proativa.

7.5 Perfil de Vulnerabilidade

O Indicador de Capacidade Municipal (ICM) tem como principal objetivo refletir a capacidade dos municípios para atuar na gestão dos riscos e dos desastres. É composto por 20 variáveis, divididas em três dimensões, conforme Quadro 2:

Quadro 2 - Variáveis do Índice de Capacidade Municipais

Dimensão	N-º	Variável
I - Instrumento de Planejamento e Gestão	1	PPA Municipal incluindo Proteção e Defesa Civil
	2	Plano diretor aprovado por Lei Municipal incluindo Proteção e Defesa Civil
	3	Plano Municipal de Redução de Riscos
	4	Carta de Sustentabilidade ou documento equivalente de identificação de riscos de desastres
	5	Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização
	6	Mapeamento de áreas de risco
	7	Cadastro ou identificação de famílias em áreas de risco
	8	Plano de Contingência
II - Coordenação Intersetorial e Capacidades	9	Sistema Municipal ou conselho Municipal Intersetorial de Proteção e Defesa Civil
	10	Coordenação Municipal de Proteção e defesa Civil (Compdec)



	11	Dotação orçamentária (LOA) para proteção e Defesa Civil
	12	Existência de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (Nupdec)
	13	Número mínimo de pessoas capacitadas em Proteção e Defesa Civil
	14	Pessoa certificada em pelo menos uma temática do Plano de Capacitação Continuada da Sedec
	15	Usuário habilitado no S2iD
III – Políticas, Programas e Ações	16	Controle e fiscalização para evitar a edificação em áreas suscetíveis, vistoriar edificações e áreas de risco
	17	Programação de habitação de interesse social para reassentamento de famílias removidas de áreas de risco ou desabrigadas em função de desastres
	18	Medidas de drenagem urbana necessárias à prevenção e mitigação de riscos de desastres
	19	Campanhas ou atividades educativas para conscientização sobre riscos de desastres
	20	Sistema municipal de monitoramento e alerta antecipado

Fonte: MIDR, 2024.

8. MISSÃO, VISÃO E VALORES

8.1 Missão

Coordenar as ações de proteção e assistência à população em situações de emergência ou calamidade pública de forma integrada a todos os órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, por meio de um conjunto de medidas da prevenção, mitigação, preparação e reconstrução.

8.2 Visão

Tornar-se referência nacional nas ações de defesa civil por meio das práticas de prevenção, mitigação, preparação e reconstrução de desastres,

alcançando excelência nos cumprimentos das missões em todo território florianense.

8.3 Valores

Comprometimento; Ética e Transparência; Respeito à Diversidade; Mobilização Social, Trabalho em Equipe; Capacitação e Aprimoramento Constante.

- **Comprometimento com a vida e integridade física da população:** a proteção da vida humana é a prioridade máxima da Defesa Civil, e todas as ações são realizadas com o objetivo de minimizar os danos e garantir a segurança das pessoas.
- **Ética e transparência:** a Defesa Civil valoriza a ética e a transparência em todas as suas ações, buscando sempre atuar com integridade e respeito à legislação e aos direitos humanos.
- **Respeito à diversidade:** a Defesa Civil valoriza a diversidade e o respeito às diferenças, buscando promover a inclusão social e a equidade em todas as suas ações
- **Mobilização social:** a Defesa Civil valoriza a participação da comunidade e da população no desenvolvimento das suas ações.
- **Trabalho em equipe:** a Defesa Civil valoriza o trabalho em equipe e a cooperação com outras instituições e entidades, buscando estabelecer parcerias para a implementação de ações coordenadas e efetivas
- **Capacitação e aprimoramento constante:** a Defesa Civil valoriza a capacitação de seus profissionais e a busca por aprimoramento constante, visando à melhoria contínua dos serviços prestados à população.

9. OBJETIVOS, METAS E INDICADORES DO PLANO MUNICIPAL

9.1 OBJETIVOS, METAS E INDICADORES

9.1.1 Objetivos e Metas

Na construção do Plano Municipal de Contingência de eventos Hidrológico é necessário elencar algumas considerações para estabelecer os objetivos ao qual este

documento está norteado e definir suas metas com abordagem de indicadores definidos e em conformidade com os dados analisados.

- Identificação e Mapeamento de Riscos
- Realizar o diagnóstico contínuo das áreas de risco no estado, considerando as características ambientais e socioeconômicas.

9.1.2 Meta

Meta	Prazo
Identificar e mapear áreas vulneráveis	1 ano
Coletar dados geográficos e climáticos	07 meses
Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo	1 ano
Realizar avaliações periódicas e atualizar o diagnóstico	A cada 6 meses

Para o diagnóstico contínuo das áreas de risco, a primeira meta é identificar e mapear as áreas vulneráveis, que deve ser concluída em 01 ano. Paralelamente, a coleta de dados geográficos e climáticos deve ser realizada em 07 meses, permitindo uma compreensão abrangente das características físicas da região.

Uma vez estabelecidas essas informações, o próximo passo é implementar um sistema de monitoramento contínuo das áreas de risco, com prazo previsto de 1 ano. Esse sistema permitirá a atualização constante das informações e a adaptação das estratégias de mitigação. Por fim, será necessário realizar avaliações periódicas do diagnóstico e atualizar as informações a cada 6 meses, garantindo que o estado tenha sempre um panorama atual das áreas de risco e possa agir de forma proativa diante de possíveis desastres.

Essa abordagem integrada permitirá uma avaliação eficaz das áreas de risco, ajudando na elaboração de políticas públicas e na implementação de medidas de prevenção e resposta adequadas.

- Desenvolver e atualizar mapas de risco que possam orientar ações preventivas e de resposta a desastres.

Meta	Prazo
Realizar levantamento inicial de dados geoespaciais	07 meses
Criar a primeira versão dos mapas de risco	10 meses
Validar os mapas com stakeholders e comunidades	1 ano
Implementar um sistema de atualização contínua	1 ano
Revisar e atualizar os mapas anualmente	Anualmente

Para alcançar o objetivo de desenvolver e atualizar mapas de risco, a primeira meta é realizar um levantamento inicial de dados geoespaciais, que deve ser concluído em 07 meses. Esse levantamento incluirá informações sobre características geográficas, climáticas e socioeconômicas relevantes para a análise de risco.

A próxima etapa será criar a primeira versão dos mapas de risco, prevista para ser finalizada em 10 meses. Esses mapas fornecerão uma visualização clara das áreas vulneráveis e dos possíveis impactos de desastres.

Após a criação, é essencial validar os mapas com stakeholders e comunidades locais em um prazo de 01 ano. Essa validação garantirá que as informações sejam precisas e relevantes, além de promover o envolvimento da comunidade nas ações de prevenção.

Para garantir a continuidade do uso dos mapas, deve-se implementar um sistema de atualização contínua ao longo de 1 ano. Esse sistema permitirá a incorporação de novas informações e a adaptação às mudanças nas condições geográficas e socioeconômicas.

Por fim, será realizada uma revisão e atualização dos mapas anualmente. Essa prática garantirá que os mapas de risco permaneçam úteis e eficazes, orientando ações preventivas e de resposta a desastres de forma adequada.

Essa abordagem estruturada assegurará que os mapas de risco sejam uma ferramenta valiosa para a gestão de desastres e a proteção das comunidades.

- **Prevenção e Mitigação de Desastres**

- Implementar programas de prevenção que visem à redução da vulnerabilidade das comunidades, especialmente nas áreas mais suscetíveis a desastres.

Meta	Prazo
Realizar diagnóstico das áreas mais vulneráveis	01 ano
Desenvolver programas de capacitação para a comunidade	06 meses
Criar campanhas de conscientização sobre riscos	06 meses
Implementar medidas de mitigação de riscos	1 ano
Avaliar a eficácia dos programas e ajustar conforme necessário	A cada 6 meses

Para alcançar o objetivo de implementar programas de prevenção, a primeira meta é realizar um diagnóstico das áreas mais vulneráveis, com prazo de 01 ano. Esse diagnóstico permitirá identificar as comunidades que necessitam de ações prioritárias.

Em seguida, deve-se desenvolver programas de capacitação para a comunidade, que serão concluídos em 06 meses. Esses programas devem focar em técnicas de autodefesa e preparo para desastres, capacitando os moradores a reagir de forma eficaz.

Além disso, a criação de campanhas de conscientização sobre os riscos é fundamental e deve ser realizada em 06 meses. Essas campanhas aumentarão a sensibilização da comunidade e promoverão práticas de segurança.

A implementação de medidas de mitigação de riscos deve ser planejada para ocorrer dentro de 1 ano. Isso pode incluir melhorias na infraestrutura, como drenagem e reforço de construções, para minimizar os impactos de desastres.

Por fim, será importante avaliar a eficácia dos programas e ajustar conforme necessário, com avaliações a cada 6 meses. Esse processo de monitoramento garantirá que as ações estejam realmente contribuindo para a redução da

vulnerabilidade das comunidades. Essa abordagem proativa e integrada ajudará a fortalecer as comunidades, tornando-as mais resilientes frente a desastres naturais.

- Promover a integração das políticas de uso do solo e de recursos naturais com as ações de defesa civil.

Meta	Prazo
Realizar um diagnóstico das políticas atuais	6 meses
Desenvolver diretrizes integradas de uso do solo	6 meses
Promover workshops com stakeholders e comunidades	5 meses
Implementar ações piloto em áreas prioritárias	1 ano
Avaliar e ajustar as diretrizes com base nos resultados	Anualmente

Para alcançar o objetivo de promover a integração das políticas de uso do solo e de recursos naturais com as ações de defesa civil, a primeira meta é realizar um diagnóstico das políticas atuais, que deve ser concluído em 06 meses. Essa análise permitirá identificar lacunas e oportunidades de sinergia entre as políticas existentes.

Em seguida, será necessário desenvolver diretrizes integradas de uso do solo, com prazo de 6 meses. Essas diretrizes devem incluir considerações sobre segurança, sustentabilidade e proteção ambiental, alinhando as práticas de uso do solo às necessidades de defesa civil.

Para garantir que todos os envolvidos estejam alinhados, a promoção de workshops com stakeholders e comunidades será realizada em 5 meses. Esses workshops permitirão discutir as diretrizes e fomentar a participação da comunidade nas decisões sobre uso do solo e recursos naturais.

A implementação de ações piloto em áreas prioritárias deve ser planejada para ocorrer dentro de 1 ano. Essas ações servirão como exemplos práticos de integração e ajudarão a identificar melhores práticas.



Por fim, será importante avaliar e ajustar as diretrizes com base nos resultados obtidos, com uma avaliação programada anualmente. Esse processo garantirá que as políticas se mantenham relevantes e eficazes na promoção da segurança e sustentabilidade nas comunidades.

Essa abordagem integrada fortalecerá a resiliência das comunidades, garantindo que as políticas de uso do solo e de recursos naturais contribuam para a mitigação de riscos e a proteção ambiental.

- Capacitação e Preparação para Emergências
- Capacitar agentes de defesa civil e a sociedade civil para a atuação em situações de emergência, por meio de treinamentos, simulações e campanhas educativas.

Meta	Prazo
Desenvolver um programa de capacitação para agentes de defesa civil	06 meses
Realizar treinamentos práticos em situações de emergência	06 meses
Organizar simulações de desastres em comunidades	01 ano
Criar campanhas educativas sobre prevenção e resposta a emergências	07 meses
Avaliar a eficácia das capacitações e ajustar programas	A cada 6 meses

Para alcançar o objetivo de capacitação, a primeira meta é desenvolver um programa de capacitação específico para agentes de defesa civil, que deve ser concluído em 06 meses. Esse programa deve incluir tópicos sobre gerenciamento de crises, primeiros socorros e técnicas de evacuação.

Em seguida, será realizado um treinamento prático em situações de emergência, com prazo de 06 meses. Esses treinamentos proporcionarão experiências diretas, preparando os agentes para responder de maneira eficaz em situações reais.

Organizar simulações de desastres nas comunidades também é essencial, com um prazo de 01 ano. Essas simulações ajudarão a testar a eficácia das ações de resposta e a familiarizar a população com os procedimentos de emergência.

Além disso, a criação de campanhas educativas sobre prevenção e resposta a emergências deve ser realizada em 07 meses. Essas campanhas aumentarão a conscientização da população e promoverão práticas seguras.

Por fim, é crucial avaliar a eficácia das capacitações e ajustar os programas conforme necessário, com avaliações a cada 6 meses. Esse monitoramento garantirá que os treinamentos continuem a atender às necessidades dos agentes e da comunidade.

Essa abordagem abrangente fortalecerá a capacidade de resposta das comunidades e dos agentes de defesa civil, tornando-os mais preparados para enfrentar situações de emergência.

- Fortalecer a infraestrutura de resposta a desastres, incluindo a criação e manutenção de centros de operações e a aquisição de equipamentos necessários.

Meta	Prazo
Realizar um levantamento das necessidades de infraestrutura	06 meses
Criar centros de operações de emergência	8 meses
Aquisição de equipamentos de resposta a desastres	01 ano
Treinar equipes para operar os centros de operações	01 ano
Manter e atualizar a infraestrutura anualmente	Anualmente

Para alcançar o objetivo de fortalecer a infraestrutura de resposta a desastres, a primeira meta é realizar um levantamento das necessidades de infraestrutura, que deve ser concluído em 06 meses. Esse levantamento ajudará a identificar lacunas e prioridades para a criação de centros de operações.

Em seguida, será necessário criar centros de operações de emergência, com um prazo de 8 meses. Esses centros servirão como pontos estratégicos para coordenar as respostas durante desastres, facilitando a comunicação e a gestão de recursos.

A aquisição de equipamentos de resposta a desastres deve ser realizada em 01 ano. Isso inclui ferramentas, veículos e suprimentos que são essenciais para a eficácia das operações de emergência conforme disponibilidade orçamentária da secretaria de estado.

Além disso, será fundamental treinar equipes para operar os centros de operações, o que deve ser concluído em 01 ano. O treinamento garantirá que as equipes estejam preparadas para gerenciar a situação de forma eficaz durante emergências.

Por fim, é crucial manter e atualizar a infraestrutura anualmente. Isso inclui revisões regulares, manutenções e aquisições de novos equipamentos conforme necessário, assegurando que a infraestrutura permaneça eficaz e pronta para uso.

Essa abordagem estruturada permitirá uma resposta mais eficaz a desastres, garantindo que as comunidades estejam preparadas para enfrentar situações críticas com uma infraestrutura robusta e bem equipada.

- Resposta a Desastres
- Estabelecer protocolos claros de comunicação e coordenação entre os diferentes níveis de governo, entidades privadas e organizações não governamentais.

Meta	Prazo
Realizar um mapeamento das partes interessadas	06 meses
Desenvolver protocolos de comunicação interinstitucional	06 meses
Implementar plataformas digitais para comunicação	06 meses
Promover treinamentos sobre os protocolos estabelecidos	01 ano



Avaliar e revisar os protocolos anualmente	Anualmente
--	------------

Para alcançar o objetivo de estabelecer protocolos claros de comunicação e coordenação, a primeira meta é realizar um mapeamento das partes interessadas, que deve ser concluído em 06 meses. Esse mapeamento identificará todos os stakeholders relevantes, incluindo diferentes níveis de governo, empresas privadas e ONGs, facilitando a construção de uma rede colaborativa.

Em seguida, será necessário desenvolver protocolos de comunicação interinstitucional, com um prazo de 06 meses. Esses protocolos devem definir como as informações serão compartilhadas, quais canais de comunicação serão utilizados e quem será responsável por cada tipo de comunicação. É fundamental que esses protocolos sejam claros e acessíveis a todos os envolvidos.

A implementação de plataformas digitais para comunicação deve ser realizada em 6 meses. Isso pode incluir ferramentas como sistemas de gestão de crises, grupos de WhatsApp ou plataformas de colaboração online, que facilitam a troca de informações em tempo real.

Além disso, promover treinamentos sobre os protocolos estabelecidos é crucial, com um prazo de 01 ano. Esses treinamentos garantirão que todos os envolvidos entendam os protocolos e saibam como utilizá-los eficazmente durante situações de emergência.

Por fim, é essencial avaliar e revisar os protocolos anualmente. Essa revisão garantirá que os protocolos permaneçam atualizados e relevantes, adaptando-se às mudanças nas condições sociais, tecnológicas e de gestão de riscos.

Essa abordagem ajudará a garantir uma comunicação eficaz e coordenada entre todos os envolvidos, melhorando a resposta a desastres e a eficiência das operações de defesa civil.

- Assegurar a mobilização rápida e eficiente de recursos humanos, materiais e financeiros em situações de emergência.



Meta	Prazo
Criar um banco de dados de recursos disponíveis	08 meses
Estabelecer parcerias com entidades privadas e ONGs	06 meses
Desenvolver um plano de mobilização de recursos	08 meses
Implementar um sistema de comunicação para mobilização	03 meses
Realizar simulações de mobilização de recursos	Anualmente

Para alcançar o objetivo de mobilizar rapidamente os recursos em situações de emergência, a primeira meta é criar um banco de dados de recursos disponíveis, que deve ser concluído em 08 meses. Esse banco de dados deve incluir informações sobre recursos humanos (voluntários e profissionais), materiais (equipamentos e suprimentos) e financeiros (fundos disponíveis).

Em seguida, será importante estabelecer parcerias com entidades privadas e ONGs, com prazo de 06 meses. Essas parcerias são essenciais para garantir apoio adicional durante emergências, aumentando a capacidade de resposta.

O desenvolvimento de um plano de mobilização de recursos deve ser realizado em 08 meses. Este plano deve delinear os procedimentos e protocolos a serem seguidos para garantir que os recursos sejam mobilizados de forma eficiente e eficaz.

A implementação de um sistema de comunicação para mobilização deve ser feita em 03 meses. Esse sistema deve facilitar a comunicação rápida entre os diferentes envolvidos, garantindo que todos estejam cientes das necessidades e ações em andamento.

Por fim, realizar simulações de mobilização de recursos deve ocorrer anualmente. Essas simulações permitirão testar o plano de mobilização, identificar áreas de melhoria e garantir que todos os envolvidos estejam preparados para agir rapidamente em situações reais.

Essa abordagem garantirá que os recursos sejam mobilizados de maneira eficiente e eficaz, aumentando a capacidade de resposta das comunidades e minimizando os impactos das emergências.

- Reconstrução Pós-Desastre
- Planejar e implementar ações de recuperação que visem à restauração rápida da normalidade, com foco na reconstrução sustentável das áreas afetadas.

Meta	Prazo
Realizar um diagnóstico das necessidades de recuperação	04 meses
Desenvolver um plano de recuperação sustentável	06 meses
Mobilizar recursos financeiros e parcerias estratégicas	05 meses
Implementar ações de recuperação imediata	08 meses
Avaliar e ajustar as ações de recuperação anualmente	Anualmente

Para alcançar o objetivo de restauração rápida da normalidade, a primeira meta é realizar um diagnóstico das necessidades de recuperação nas áreas afetadas, que deve ser concluído em 04 meses. Esse diagnóstico ajudará a identificar as prioridades e as principais áreas que necessitam de intervenção.

Em seguida, deve-se desenvolver um plano de recuperação sustentável, com prazo de 06 meses. Este plano deve incluir estratégias que promovam a resiliência das comunidades, como a construção de infraestrutura mais robusta, o uso de materiais sustentáveis e a promoção de práticas de desenvolvimento sustentável.

A mobilização de recursos financeiros e parcerias estratégicas deve ser realizada em 05 meses. Isso pode envolver a busca de financiamento governamental, doações de ONGs e colaborações com o setor privado, garantindo que haja recursos suficientes para as ações de recuperação.

A implementação de ações de recuperação imediata deve ser planejada para ocorrer dentro de 08 meses. Essas ações podem incluir a reabilitação de serviços

essenciais, como água, energia e saúde, para garantir que as comunidades possam voltar à normalidade o mais rápido possível.

Por fim, é essencial avaliar e ajustar as ações de recuperação anualmente. Essa revisão garantirá que as iniciativas permaneçam relevantes e eficazes, permitindo melhorias contínuas nas abordagens de recuperação.

Essa abordagem estruturada permitirá uma recuperação mais eficaz e sustentável das áreas afetadas, ajudando a restaurar a normalidade e fortalecer a resiliência das comunidades a longo prazo.

- Garantir o apoio psicossocial e a assistência social às populações atingidas, promovendo a reabilitação física, social e econômica das comunidades.

Meta	Prazo
Realizar um levantamento das necessidades psicossociais	06 meses
Desenvolver programas de apoio psicossocial	08 meses
Estabelecer parcerias com organizações de assistência social	05 meses
Implementar serviços de reabilitação física e social	08 meses
Avaliar e ajustar os programas de apoio anualmente	Anualmente

Para alcançar o objetivo de fornecer apoio psicossocial e assistência social, a primeira meta é realizar um levantamento das necessidades psicossociais nas comunidades afetadas, com prazo de 06 meses. Esse levantamento ajudará a identificar as principais demandas e as áreas que requerem intervenção.

Em seguida, deve-se desenvolver programas de apoio psicossocial, que devem ser concluídos em 08 meses. Esses programas devem incluir atividades de acolhimento, terapia em grupo e oficinas de fortalecimento emocional, visando promover a saúde mental das populações afetadas.

Estabelecer parcerias com organizações de assistência social é essencial e deve ser realizado em 05 meses. Essas parcerias podem incluir ONGs, instituições de saúde e grupos comunitários, ampliando a rede de apoio disponível.

A implementação de serviços de reabilitação física e social deve ser planejada para ocorrer dentro de 08 meses. Esses serviços podem incluir fisioterapia, assistência à reintegração social e apoio a atividades econômicas, ajudando as comunidades a se recuperarem plenamente.

Por fim, é crucial avaliar e ajustar os programas de apoio anualmente. Essa revisão garantirá que as iniciativas atendam às necessidades reais das comunidades e possam ser adaptadas com base no feedback recebido.

Essa abordagem abrangente assegurará que as populações afetadas recebam o apoio necessário para sua reabilitação física, social e econômica, contribuindo para a restauração do bem-estar das comunidades.

- Fortalecimento da Resiliência Comunitária
- Incentivar a participação ativa das comunidades na gestão de riscos, promovendo a cultura da prevenção e a solidariedade entre os habitantes do estado.

Meta	Prazo
Realizar encontros comunitários para sensibilização	06 meses
Desenvolver campanhas de conscientização sobre prevenção	05 meses
Criar grupos de voluntários para ações de prevenção	04 meses
Implementar atividades de educação e treinamento	08 meses
Avaliar o engajamento e a eficácia das iniciativas anualmente	Anualmente

Para alcançar o objetivo de incentivar a participação ativa das comunidades na gestão de riscos, a primeira meta é realizar encontros comunitários para



sensibilização, que devem ser concluídos em 06 meses. Esses encontros servirão para informar a população sobre os riscos locais e a importância da prevenção.

Em seguida, será necessário desenvolver campanhas de conscientização sobre prevenção, com prazo de 05 meses. Essas campanhas podem incluir materiais informativos, palestras e ações em mídias sociais, visando educar a comunidade sobre práticas seguras e a importância da solidariedade.

A criação de grupos de voluntários para ações de prevenção deve ser realizada em 04 meses. Esses grupos podem ser mobilizados para atividades de limpeza, monitoramento de riscos e organização de eventos comunitários, fortalecendo o vínculo entre os habitantes.

A implementação de atividades de educação e treinamento deve ocorrer dentro de 08 meses. Isso pode incluir oficinas, cursos e simulações, capacitando os moradores a agir em situações de emergência e promovendo a cultura de prevenção.

Por fim, é essencial avaliar o engajamento e a eficácia das iniciativas anualmente. Essa revisão permitirá identificar áreas de melhoria e garantir que as ações continuem a atender às necessidades da comunidade.

Essa abordagem garantirá que as comunidades estejam ativamente envolvidas na gestão de riscos, promovendo uma cultura de prevenção e solidariedade que fortaleça a resiliência coletiva.

- Desenvolver políticas públicas que integrem a defesa civil com outras áreas, como saúde, educação e meio ambiente, visando ao fortalecimento da resiliência a longo prazo.

Meta	Prazo
Realizar um diagnóstico das políticas existentes	04 meses
Promover diálogos intersetoriais entre diferentes áreas	08 meses
Desenvolver um plano de ação integrado	08 meses
Implementar programas piloto em áreas prioritárias	1 ano

Avaliar e ajustar as políticas anualmente	Anualmente
---	------------

Para alcançar o objetivo de integrar a defesa civil com outras áreas, a primeira meta é realizar um diagnóstico das políticas existentes, que deve ser concluído em 4 meses. Essa análise permitirá identificar lacunas e oportunidades de sinergia entre as políticas de defesa civil, saúde, educação e meio ambiente.

Em seguida, será necessário promover diálogos intersetoriais entre as diferentes áreas, com prazo de 08 meses. Esses diálogos facilitarão a troca de experiências, a identificação de desafios comuns e a construção de soluções colaborativas.

O desenvolvimento de um plano de ação integrado deve ser realizado em 8 meses. Esse plano deve definir ações específicas que conectem a defesa civil com saúde, educação e meio ambiente, promovendo uma abordagem holística para a gestão de riscos e desastres.

Após a formulação do plano, a implementação de programas piloto em áreas prioritárias deve ser planejada para ocorrer dentro de 1 ano. Esses programas servirão como modelos de integração e ajudarão a testar a eficácia das abordagens propostas.

Por fim, é crucial avaliar e ajustar as políticas anualmente. Essa revisão garantirá que as políticas permaneçam atualizadas e eficazes, adaptando-se às mudanças nas necessidades das comunidades e nas condições ambientais.

Essa abordagem integrada permitirá fortalecer a resiliência a longo prazo, promovendo uma gestão de riscos mais eficaz e colaborativa entre diferentes setores.

9.1.3 INDICADORES

Os indicadores de desempenho são ferramentas essenciais para monitorar a implementação do plano e avaliar a eficácia das ações de defesa civil. A seguir, são apresentados os principais indicadores que serão utilizados, todos retirados da plataforma S2iD:

- Realizar o diagnóstico contínuo das áreas de risco no estado, considerando as características geográficas, climáticas e socioeconômicas.

❖ Identificar e Mapear Áreas Vulneráveis

- Número de áreas vulneráveis identificadas
 - Descrição: Total de áreas vulneráveis mapeadas em relação ao total previsto.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de áreas vulneráveis mapeadas com participação comunitária
 - Descrição: Percentual de áreas vulneráveis que foram mapeadas com a contribuição de moradores locais.
 - Frequência de Medição: Anual.

❖ **Coletar Dados Geográficos e Climáticos**

- Quantidade de dados geográficos coletados
 - Descrição: Total de conjuntos de dados geográficos adquiridos e catalogados.
 - Frequência de Medição: Semestral.
- Porcentagem de dados climáticos atualizados
 - Descrição: Percentual de dados climáticos que estão atualizados em relação ao total coletado.
 - Frequência de Medição: Anual.

❖ **Estabelecer um Sistema de Monitoramento Contínuo**

- Número de indicadores de risco monitorados
 - Descrição: Total de indicadores de risco que estão sendo monitorados continuamente.
 - Frequência de Medição: Trimestral.
- Porcentagem de alertas emitidos em tempo hábil
 - Descrição: Percentual de alertas de risco emitidos dentro do prazo definido em relação ao total de alertas gerados.
 - Frequência de Medição: Mensal.

❖ **Realizar Avaliações Periódicas e Atualizar o Diagnóstico**

- Número de avaliações periódicas realizadas
 - Descrição: Total de avaliações realizadas dentro do período planejado.
 - Frequência de Medição: Semestral.
- Porcentagem de diagnósticos atualizados anualmente

- Descrição: Percentual de diagnósticos revisados e atualizados em relação ao total previsto.
- Frequência de Medição: Anual.
- Desenvolver e atualizar mapas de risco que possam orientar ações preventivas e de resposta a desastres.

❖ **Realizar Levantamento Inicial de Dados Geoespaciais**

- Número de fontes de dados geoespaciais utilizadas
 - Descrição: Total de fontes de dados (como satélites, sensores, bases de dados) empregadas no levantamento.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de dados geoespaciais completos e validados
 - Descrição: Percentual de dados coletados que foram validados em relação ao total de dados levantados.
 - Frequência de Medição: Semestral.

❖ **Criar a Primeira Versão dos Mapas de Risco**

- Número de mapas de risco produzidos
 - Descrição: Total de mapas de risco elaborados e entregues.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de cobertura das áreas de risco nos mapas
 - Descrição: Percentual de áreas de risco identificadas que estão representadas nos mapas em relação ao total.
 - Frequência de Medição: Anual.

❖ **Validar os Mapas com Stakeholders e Comunidades**

- Número de workshops ou reuniões de validação realizadas
 - Descrição: Total de eventos realizados para validar os mapas com as partes interessadas.
 - Frequência de Medição: Semestral.
- Taxa de aprovação dos mapas por stakeholders e comunidades
 - Descrição: Percentual de stakeholders e membros da comunidade que aprovaram a versão final dos mapas.
 - Frequência de Medição: Anual.

❖ **Implementar um Sistema de Atualização Contínua**

- Número de atualizações feitas no sistema de mapas de risco
 - Descrição: Total de atualizações realizadas no sistema de mapas ao longo do ano.
 - Frequência de Medição: Trimestral.
- Porcentagem de stakeholders utilizando o sistema de atualização
 - Descrição: Percentual de stakeholders que acessam e utilizam o sistema de atualização em relação ao total de stakeholders envolvidos.
 - Frequência de Medição: Anual.

❖ **Revisar e Atualizar os Mapas Anualmente**

- Número de revisões anuais dos mapas realizadas
 - Descrição: Total de revisões realizadas anualmente nos mapas de risco.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de mudanças implementadas com base nas revisões
 - Descrição: Percentual de mudanças sugeridas que foram implementadas nas atualizações dos mapas em relação ao total de sugestões.
 - Frequência de Medição: Anual.

- Implementar programas de prevenção que visem à redução da vulnerabilidade das comunidades, especialmente nas áreas mais suscetíveis a desastres.

❖ **Realizar Diagnóstico das Áreas Mais Vulneráveis**

- Número de áreas vulneráveis diagnosticadas
 - Descrição: Total de áreas vulneráveis analisadas e registradas no diagnóstico.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de diagnósticos concluídos no prazo
 - Descrição: Percentual de diagnósticos realizados dentro do prazo estabelecido em relação ao total planejado.
 - Frequência de Medição: Anual.

❖ **Desenvolver Programas de Capacitação para a Comunidade**

- Número de programas de capacitação desenvolvidos

- Descrição: Total de programas de capacitação criados e implementados.
- Frequência de Medição: Anual.
- Taxa de participação da comunidade nas capacitações
 - Descrição: Percentual de membros da comunidade que participaram dos programas em relação ao número total de convidados.
 - Frequência de Medição: Após cada programa.
- ❖ **Criar Campanhas de Conscientização sobre Riscos**
 - Número de campanhas de conscientização realizadas
 - Descrição: Total de campanhas promovidas para aumentar a conscientização sobre riscos.
 - Frequência de Medição: Anual.
 - Alcance das campanhas de conscientização
 - Descrição: Percentual da população alvo que teve acesso à campanha em relação ao total da população da área.
 - Frequência de Medição: Após cada campanha.
- ❖ **Implementar Medidas de Mitigação de Riscos**
 - Número de medidas de mitigação implementadas
 - Descrição: Total de medidas de mitigação que foram efetivamente colocadas em prática.
 - Frequência de Medição: Anual.
 - Porcentagem de redução de riscos após a implementação
 - Descrição: Percentual de redução nos riscos identificados em áreas onde as medidas foram implementadas, comparado a avaliações anteriores.
 - Frequência de Medição: Anual.
- ❖ **Avaliar a Eficácia dos Programas e Ajustar Conforme Necessário**
 - Número de avaliações realizadas dos programas

- Descrição: Total de avaliações de programas de capacitação e conscientização realizadas.
 - Frequência de Medição: Anual.
 - Porcentagem de ajustes realizados com base nas avaliações
 - Descrição: Percentual de recomendações de ajustes que foram implementadas em relação ao total de recomendações feitas.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Promover a integração das políticas de uso do solo e de recursos naturais com as ações de defesa civil.

❖ **Realizar um Diagnóstico das Políticas Atuais**

- Número de políticas analisadas
 - Descrição: Total de políticas públicas revisadas e avaliadas no diagnóstico.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de lacunas identificadas nas políticas
 - Descrição: Percentual de lacunas e oportunidades de melhoria identificadas em relação ao total de políticas analisadas.
 - Frequência de Medição: Anual.

❖ **Desenvolver Diretrizes Integradas de Uso do Solo**

- Número de diretrizes desenvolvidas
 - Descrição: Total de diretrizes integradas de uso do solo elaboradas e documentadas.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de diretrizes que incorporam feedback de stakeholders
 - Descrição: Percentual de diretrizes que consideram o feedback recebido de stakeholders em relação ao total de diretrizes desenvolvidas.
 - Frequência de Medição: Anual.

❖ **Promover Workshops com Stakeholders e Comunidades**

- Número de workshops realizados

- Descrição: Total de workshops promovidos para discutir as diretrizes de uso do solo com stakeholders e comunidades.
- Frequência de Medição: Anual.
- Taxa de participação nos workshops
 - Descrição: Percentual de stakeholders e membros da comunidade que participaram dos workshops em relação ao total convidados.
 - Frequência de Medição: Após cada workshop.
- ❖ **Implementar Ações Piloto em Áreas Prioritárias**
 - Número de ações piloto implementadas
 - Descrição: Total de ações piloto de uso do solo implementadas em áreas prioritárias.
 - Frequência de Medição: Anual.
 - Porcentagem de ações piloto que atingem os objetivos propostos
 - Descrição: Percentual de ações piloto que conseguiram cumprir os objetivos estabelecidos em relação ao total de ações implementadas.
 - Frequência de Medição: Após cada ação piloto.
- ❖ **Avaliar e Ajustar as Diretrizes com Base nos Resultados**
 - Número de avaliações realizadas das diretrizes
 - Descrição: Total de avaliações das diretrizes de uso do solo realizadas.
 - Frequência de Medição: Anual.
 - Porcentagem de ajustes feitos com base nas avaliações
 - Descrição: Percentual de recomendações de ajuste que foram implementadas
 - em relação ao total de recomendações feitas nas avaliações.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Capacitar agentes de defesa civil e a sociedade civil para a atuação em situações de emergência, por meio de treinamentos, simulações e campanhas educativas.

❖ **Desenvolver um Programa de Capacitação para Agentes de Defesa Civil**

- Número de programas de capacitação desenvolvidos
 - Descrição: Total de programas de capacitação criados e implementados para agentes de defesa civil.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de agentes capacitados
 - Descrição: Percentual de agentes de defesa civil que completaram o programa de capacitação em relação ao total de agentes.
 - Frequência de Medição: Após cada programa.

❖ **Realizar Treinamentos Práticos em Situações de Emergência**

- Número de treinamentos práticos realizados
 - Descrição: Total de treinamentos práticos conduzidos para agentes de defesa civil.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Taxa de participação nos treinamentos
 - Descrição: Percentual de agentes de defesa civil que participaram dos treinamentos em relação ao total de agentes convidados.
 - Frequência de Medição: Após cada treinamento.

❖ **Organizar Simulações de Desastres em Comunidades**

- Número de simulações realizadas
 - Descrição: Total de simulações de desastres organizadas em comunidades.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Taxa de participação da comunidade nas simulações
 - Descrição: Percentual de membros da comunidade que participaram das simulações em relação ao total de habitantes.
 - Frequência de Medição: Após cada simulação.

❖ **Criar Campanhas Educativas sobre Prevenção e Resposta a Emergências**

- Número de campanhas educativas realizadas
 - Descrição: Total de campanhas educativas promovidas sobre prevenção e resposta a emergências.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Alcance das campanhas educativas
 - Descrição: Percentual da população alvo que teve acesso às campanhas em relação ao total da população da área.
 - Frequência de Medição: Após cada campanha.
- ❖ **Avaliar a Eficácia das Capacitações e Ajustar Programas**
 - Número de avaliações de eficácia realizadas
 - Descrição: Total de avaliações de eficácia dos programas de capacitação conduzidas.
 - Frequência de Medição: Anual.
 - Porcentagem de ajustes feitos com base nas avaliações
 - Descrição: Percentual de recomendações de ajustes que foram implementadas em relação ao total de recomendações feitas nas avaliações.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Fortalecer a infraestrutura de resposta a desastres, incluindo a criação e manutenção de centros de operações e a aquisição de equipamentos necessários.
 - ❖ **Realizar um Levantamento das Necessidades de Infraestrutura**
 - Número de necessidades de infraestrutura identificadas
 - Descrição: Total de necessidades de infraestrutura levantadas e documentadas.
 - Frequência de Medição: Anual.
 - Porcentagem de necessidades atendidas
 - Descrição: Percentual de necessidades de infraestrutura que foram atendidas em relação ao total identificado.
 - Frequência de Medição: Anual.
 - ❖ **Criar Centros de Operações de Emergência**
 - Número de centros de operações de emergência estabelecidos

- Descrição: Total de centros de operações de emergência criados e funcionalmente operacionais.
- Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de centros com infraestrutura adequada
 - Descrição: Percentual de centros de operações que atendem aos padrões de infraestrutura e recursos necessários em relação ao total de centros estabelecidos.
 - Frequência de Medição: Anual.
- ❖ **Aquisição de Equipamentos de Resposta a Desastres**
 - Número de equipamentos adquiridos
 - Descrição: Total de equipamentos de resposta a desastres adquiridos e disponibilizados para uso.
 - Frequência de Medição: Anual.
 - Porcentagem de equipamentos em funcionamento
 - Descrição: Percentual de equipamentos adquiridos que estão operacionais em relação ao total adquirido.
 - Frequência de Medição: Anual.
- ❖ **Treinar Equipes para Operar os Centros de Operações**
 - Número de treinamentos realizados para equipes
 - Descrição: Total de treinamentos oferecidos para equipes que operarão os centros de operações.
 - Frequência de Medição: Anual.
 - Taxa de participação nas formações
 - Descrição: Percentual de membros da equipe que participaram dos treinamentos em relação ao total designado.
 - Frequência de Medição: Após cada treinamento.
- ❖ **Manter e Atualizar a Infraestrutura Anualmente**
 - Número de manutenções realizadas na infraestrutura
 - Descrição: Total de manutenções realizadas nos centros de operações e equipamentos anualmente.
 - Frequência de Medição: Anual.
 - Porcentagem de atualizações implementadas

- Descrição: Percentual de melhorias e atualizações realizadas na infraestrutura em relação ao total de necessidades identificadas nas avaliações anuais.
- Frequência de Medição: Anual.
- Estabelecer protocolos claros de comunicação e coordenação entre os diferentes níveis de governo, entidades privadas e organizações não governamentais.

❖ **Realizar um Mapeamento das Partes Interessadas**

- Número de partes interessadas identificadas
 - Descrição: Total de partes interessadas mapeadas e documentadas no processo.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de partes interessadas envolvidas em consultas
 - Descrição: Percentual de partes interessadas que participaram de consultas ou reuniões em relação ao total identificado.
 - Frequência de Medição: Anual.

❖ **Desenvolver Protocolos de Comunicação Interinstitucional**

- Número de protocolos de comunicação desenvolvidos
 - Descrição: Total de protocolos de comunicação elaborados e documentados.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de partes interessadas que conhecem os protocolos
 - Descrição: Percentual de partes interessadas que têm conhecimento dos protocolos estabelecidos em relação ao total.
 - Frequência de Medição: Anual.

❖ **Implementar Plataformas Digitais para Comunicação**

- Número de plataformas digitais implementadas
 - Descrição: Total de plataformas digitais utilizadas para facilitar a comunicação interinstitucional.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Taxa de uso das plataformas digitais

- Descrição: Percentual de partes interessadas que utilizam ativamente as plataformas em relação ao total envolvido.
- Frequência de Medição: Semestral.

❖ **Promover Treinamentos sobre os Protocolos Estabelecidos**

- Número de treinamentos realizados sobre os protocolos
 - Descrição: Total de sessões de treinamento oferecidas para as partes interessadas sobre os protocolos de comunicação.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Taxa de participação nos treinamentos
 - Descrição: Percentual de partes interessadas que participaram dos treinamentos em relação ao total convidado.
 - Frequência de Medição: Após cada treinamento.

❖ **Avaliar e Revisar os Protocolos Anualmente**

- Número de avaliações dos protocolos realizadas
 - Descrição: Total de avaliações dos protocolos de comunicação feitas anualmente.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de ajustes realizados nos protocolos com base nas avaliações
 - Descrição: Percentual de recomendações de ajustes que foram implementadas em relação ao total de recomendações feitas nas avaliações.
 - Frequência de Medição: Anual.

- Assegurar a mobilização rápida e eficiente de recursos humanos, materiais e financeiros em situações de emergência.

❖ **Criar um Banco de Dados de Recursos Disponíveis**

- Número de recursos catalogados no banco de dados
 - Descrição: Total de recursos (humanos, materiais, financeiros) registrados no banco de dados.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de recursos verificados e validados

- Descrição: Percentual de recursos que foram verificados e validados em relação ao total catalogado.
- Frequência de Medição: Anual.

❖ **Estabelecer Parcerias com Entidades Privadas e ONGs**

- Número de parcerias estabelecidas
 - Descrição: Total de parcerias formalizadas com entidades privadas e ONGs.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de parcerias ativas
 - Descrição: Percentual de parcerias que estão em atividade (projetos em andamento, recursos mobilizados) em relação ao total de parcerias estabelecidas.
 - Frequência de Medição: Anual.

❖ **Desenvolver um Plano de Mobilização de Recursos**

- Número de planos de mobilização de recursos desenvolvidos
 - Descrição: Total de planos elaborados para a mobilização de recursos.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de ações do plano implementadas
 - Descrição: Percentual de ações do plano de mobilização que foram implementadas em relação ao total previsto.
 - Frequência de Medição: Anual.

❖ **Implementar um Sistema de Comunicação para Mobilização**

- Número de canais de comunicação estabelecidos
 - Descrição: Total de canais de comunicação (plataformas digitais, redes sociais, etc.) criados para a mobilização de recursos.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Taxa de engajamento nas comunicações
 - Descrição: Percentual de stakeholders que interagiram com as comunicações sobre mobilização de recursos em relação ao total de stakeholders contatados.
 - Frequência de Medição: Semestral.

❖ Realizar Simulações de Mobilização de Recursos

- Número de simulações realizadas
 - Descrição: Total de simulações de mobilização de recursos realizadas.
 - Frequência de Medição: Anual.
 - Taxa de sucesso nas simulações
 - Descrição: Percentual de simulações que alcançaram os objetivos propostos em relação ao total de simulações realizadas.
 - Frequência de Medição: Após cada simulação.
- Planejar e implementar ações de recuperação que visem à restauração rápida da normalidade, com foco na reconstrução sustentável das áreas afetadas.

❖ Realizar um Diagnóstico das Necessidades de Recuperação

- Número de necessidades de recuperação identificadas
 - Descrição: Total de necessidades de recuperação (infraestrutura, serviços, apoio social) levantadas e documentadas.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de necessidades priorizadas
 - Descrição: Percentual de necessidades de recuperação que foram priorizadas em relação ao total identificado.
 - Frequência de Medição: Anual.

❖ Desenvolver um Plano de Recuperação Sustentável

- Número de planos de recuperação desenvolvidos
 - Descrição: Total de planos de recuperação sustentável elaborados e documentados.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de stakeholder's que contribuíram para o plano
 - Descrição: Percentual de partes interessadas que participaram do desenvolvimento do plano em relação ao total de stakeholders envolvidos.
 - Frequência de Medição: Anual.

❖ Mobilizar Recursos Financeiros e Parcerias Estratégicas

- Número de recursos financeiros mobilizados
 - Descrição: Total de recursos financeiros obtidos para a recuperação.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Número de parcerias estratégicas estabelecidas
 - Descrição: Total de parcerias formalizadas com organizações e instituições para apoio à recuperação.
 - Frequência de Medição: Anual.
- ❖ **Implementar Ações de Recuperação Imediata**
 - Número de ações de recuperação implementadas
 - Descrição: Total de ações de recuperação imediata realizadas.
 - Frequência de Medição: Anual.
 - Porcentagem de ações que atenderam aos prazos estabelecidos
 - Descrição: Percentual de ações de recuperação que foram concluídas dentro dos prazos definidos em relação ao total planejado.
 - Frequência de Medição: Anual.
- ❖ **Avaliar e Ajustar as Ações de Recuperação Anualmente**
 - Número de avaliações realizadas das ações de recuperação
 - Descrição: Total de avaliações das ações de recuperação conduzidas anualmente.
 - Frequência de Medição: Anual.
 - Porcentagem de ajustes implementados com base nas avaliações
 - Descrição: Percentual de recomendações de ajustes que foram implementadas em relação ao total de recomendações feitas nas avaliações.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Garantir o apoio psicossocial e a assistência social às populações atingidas, promovendo a reabilitação física, social e econômica das comunidades.
- ❖ **Realizar um Levantamento das Necessidades Psicossociais**
 - Número de necessidades psicossociais identificadas

- Descrição: Total de necessidades psicossociais levantadas e documentadas.
- Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de comunidades consultadas
 - Descrição: Percentual de comunidades que participaram do levantamento em relação ao total de comunidades identificadas.
 - Frequência de Medição: Anual.
- ❖ **Desenvolver Programas de Apoio Psicossocial**
 - Número de programas de apoio desenvolvidos
 - Descrição: Total de programas de apoio psicossocial criados e implementados.
 - Frequência de Medição: Anual.
 - Porcentagem de beneficiários atendidos
 - Descrição: Percentual de indivíduos que participaram dos programas em relação ao total de beneficiários identificados.
 - Frequência de Medição: Anual.
- ❖ **Estabelecer Parcerias com Organizações de Assistência Social**
 - Número de parcerias estabelecidas
 - Descrição: Total de parcerias formalizadas com organizações de assistência social.
 - Frequência de Medição: Anual.
 - Porcentagem de parcerias ativas
 - Descrição: Percentual de parcerias que estão operacionais e contribuindo para os programas de apoio em relação ao total de parcerias estabelecidas.
 - Frequência de Medição: Anual.
- ❖ **Implementar Serviços de Reabilitação Física e Social**
 - Número de serviços de reabilitação implementados
 - Descrição: Total de serviços de reabilitação física e social oferecidos.
 - Frequência de Medição: Anual.

- Porcentagem de beneficiários que completaram os serviços
 - Descrição: Percentual de indivíduos que concluíram os serviços de reabilitação em relação ao total que iniciou.
 - Frequência de Medição: Anual.
- ❖ **Avaliar e Ajustar os Programas de Apoio Anualmente**
 - Número de avaliações realizadas dos programas
 - Descrição: Total de avaliações dos programas de apoio psicossocial realizadas.
 - Frequência de Medição: Anual.
 - Porcentagem de ajustes implementados com base nas avaliações
 - Descrição: Percentual de recomendações de ajustes que foram implementadas em relação ao total de recomendações feitas nas avaliações.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Incentivar a participação ativa das comunidades na gestão de riscos, promovendo a cultura da prevenção e a solidariedade entre os habitantes do estado.
- ❖ **Realizar Encontros Comunitários para Sensibilização**
 - Número de encontros comunitários realizados
 - Descrição: Total de encontros promovidos para sensibilização da comunidade.
 - Frequência de Medição: Anual.
 - Taxa de participação nos encontros
 - Descrição: Percentual de membros da comunidade que participaram dos encontros em relação ao total de convidados.
 - Frequência de Medição: Após cada encontro.
- ❖ **Desenvolver Campanhas de Conscientização sobre Prevenção**
 - Número de campanhas de conscientização desenvolvidas
 - Descrição: Total de campanhas criadas para conscientizar sobre prevenção de desastres.
 - Frequência de Medição: Anual.
 - Alcance das campanhas de conscientização

- Descrição: Percentual da população-alvo que teve acesso às campanhas em relação ao total da população na área.
- Frequência de Medição: Após cada campanha.

❖ **Criar Grupos de Voluntários para Ações de Prevenção**

- Número de grupos de voluntários formados
 - Descrição: Total de grupos de voluntários organizados para ações de prevenção.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Taxa de engajamento dos voluntários
 - Descrição: Percentual de voluntários que participaram de ações de prevenção em relação ao total recrutado.
 - Frequência de Medição: Após cada ação.

❖ **Implementar Atividades de Educação e Treinamento**

- Número de atividades de educação e treinamento realizadas
 - Descrição: Total de atividades de formação promovidas para a comunidade.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Taxa de conclusão das atividades
 - Descrição: Percentual de participantes que concluíram as atividades de educação e treinamento em relação ao total que se inscreveu.
 - Frequência de Medição: Após cada atividade.

❖ **Avaliar o Engajamento e a Eficácia das Iniciativas Anualmente**

- Número de avaliações realizadas das iniciativas
 - Descrição: Total de avaliações de engajamento e eficácia das iniciativas realizadas.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de ajustes implementados com base nas avaliações
 - Descrição: Percentual de recomendações de ajustes que foram implementadas em relação ao total de recomendações feitas nas avaliações.
 - Frequência de Medição: Anual.

- Desenvolver políticas públicas que integrem a defesa civil com outras áreas, como saúde, educação e meio ambiente, visando ao fortalecimento da resiliência a longo prazo.

❖ **Realizar um Diagnóstico das Políticas Existentes**

- Número de políticas analisadas
 - Descrição: Total de políticas existentes que foram diagnosticadas e avaliadas.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de políticas com recomendações de melhorias
 - Descrição: Percentual de políticas que receberam recomendações de ajustes em relação ao total analisado.
 - Frequência de Medição: Anual.

❖ **Promover Diálogos Intersetoriais entre Diferentes Áreas**

- Número de diálogos intersetoriais realizados
 - Descrição: Total de reuniões ou fóruns intersetoriais promovidos.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de stakeholders que participaram dos diálogos
 - Descrição: Percentual de partes interessadas que participaram dos diálogos em relação ao total convidado.
 - Frequência de Medição: Após cada diálogo.

❖ **Desenvolver um Plano de Ação Integrado**

- Número de planos de ação desenvolvidos
 - Descrição: Total de planos de ação integrados elaborados.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de ações do plano que incluem múltiplos setores
 - Descrição: Percentual de ações no plano que envolvem colaboração entre diferentes setores em relação ao total de ações planejadas.
 - Frequência de Medição: Anual.

❖ **Implementar Programas Piloto em Áreas Prioritárias**

- Número de programas piloto implementados
 - Descrição: Total de programas piloto lançados em áreas prioritárias.

- Frequência de Medição: Anual.
- Taxa de sucesso dos programas piloto
 - Descrição: Percentual de programas piloto que atingiram os objetivos propostos em relação ao total de programas implementados.
 - Frequência de Medição: Após cada programa.

❖ **Avaliar e Ajustar as Políticas Anualmente**

- Número de avaliações realizadas das políticas
 - Descrição: Total de avaliações das políticas realizadas anualmente.
 - Frequência de Medição: Anual.
- Porcentagem de ajustes implementados com base nas avaliações
 - Descrição: Percentual de recomendações de ajustes que foram implementadas em relação ao total de recomendações feitas nas avaliações.
 - Frequência de Medição: Anual.

10. ESTADOS DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

ESTADOS	CONDIÇÕES	AÇÕES
OBSERVAÇÃO	• Início do período chuvoso (inverno); • 0 a 20 mm Pluviosidade	• Acompanhar os prognósticos de chuva e clima fornecidos pelo Instituto Clima Tempo e Defesa Civil Nacional;
ATENÇÃO	• Chuvas esparsas; • 20 a 50 mm Pluviosidade.	• Defesa Civil Municipal informa Estado de Atenção e ao Comitê Municipal de Gerenciamento de Crise; • Intensificar a vigilância nos pontos e áreas de risco, através dos Voluntários da Defesa Civil; • Intensificar as vistorias nas áreas de risco pela COMDEC. • Manter as equipes designadas Secretarias quem integram o Comitê, em regime de sobreaviso e do COMDEC em regime de Plantão Permanente.
ALERTA	• Chuvas contínuas com solos saturados; • Incidência e acidentes correlacionados às intensidades das chuvas; • Acima de 86 mm Pluviosidade.	• Solicitar ao Prefeito a decretação do Estado de Alerta; • Informar Estado de Alerta ao Comitê para que as secretarias que integram, tomem providências devidas; conforme o Plano de Contingência; • Remoção de famílias em risco iminente; informar mudança de estado de Alerta para Emergência;
EMERGÊNCIA	• Chuvas contínuas e concentradas com solos saturados; • Incidências de acidentes correlacionados às intensidades das Chuvas.	• Viabilizar reforço das equipes para a retirada das famílias em situações de risco iminente; • Prestar atendimento emergencial às vítimas dos acidentes; • Solicitar ao Prefeito a decretação da Situação de Emergência em casos de maior gravidade; • Utilizar a ferramenta do CGC, nos casos de situações críticas.

***CGC - Comando de Gerenciamento de Crise – Comitê.**

11. ATRIBUIÇÕES DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO PLANO DE CONTINGÊNCIA

11.1 GABINETE DO PREFEITO / SECRETARIA DE GOVERNO

ESTADOS	ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO
ALERTA	Manter estado de prontidão com equipe mínima disponível;	Diretora de Departamento Administrativo do Governo	Imediato, após a decretação do estado de alerta.
EMERGÊNCIA	Disponibilizar técnicos para compor equipes de atendimento nas situações de emergência;	Secretário de Governo	Imediato
	Monitoramento de notícias e ações da COMDEC e Secretarias envolvidas;	Secretário de Governo	Imediato, até 1 hora após acionamento.
	Decretar Situação de Emergência ou Estado de Calamidade, adotando as medidas protocolares cabíveis e contratos emergências.	Chefe do Poder Executivo	Imediato

11.2 COORDENADORIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO RURAL

ESTADOS	ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO
ALERTA	Estabelecer escala de plantão ou de sobreaviso;	Secretário de Desenvolvimento Rural e Abastecimento	Imediato, após a decretação do estado de alerta.
	Manter estado de prontidão com equipe mínima disponível;	Secretário de Desenvolvimento Rural e Abastecimento/ Equipe de Campo	Imediato, após a decretação do estado de alerta.
EMERGÊNCIA	Disponibilizar técnicos para compor equipes de atendimento nas situações de emergência;	Secretário de Desenvolvimento Rural e Abastecimento	Imediato, até 1 hora após acionamento.
	Elaborar pareceres e relatórios de perdas e danos;	Diretor Administrativo - SMDR	5 dias úteis após a ocorrência ou após a

			realização da vistoria.
	Fornecer à defesa Civil Municipal, informações e dados de moradores da zona rural que se encontram em situação de risco iminente;	Diretor Administrativo - SMDR	Imediato, durante todo o período de emergência
	Contribuir com infraestrutura, equipamentos, veículos e logística.	Secretário de Desenvolvimento Rural e Abastecimento/ Diretor Administrativo - SMDR	Imediato, conforme demanda operacional.

11.3 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADOS	ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO
ALERTA	Definir locais para abrigamento;	Diretora do CRAS	Imediato
	Levantar recursos humanos e materiais de expediente para aplicação em casos emergenciais;	Diretor Financeiro	Até 24 horas
	Instalar abrigos temporários;	Diretora do CRAS	Imediato, Conforme necessidade
EMERGÊNCIA	Acompanhar famílias desalojadas ou desabrigadas;	Equipe técnica	Imediato e contínuo
	Contribuir com o cadastramento da população desabrigada ou desalojada;	Diretora do CRAS	Até 24 horas
	Disponibilizar técnicos da área em situações de emergência;	Diretor Financeiras	Imediato
	Compor equipes de atendimento;	Diretora do CRAS e CREAS	Imediato



	Fornecer informações de cadastramento das famílias em situação de risco e desabrigados à Defesa Civil Municipal;	Diretora CRAS	Até 24 horas
	Encaminhar as famílias desabrigadas/desalojadas para os serviços, programas e projetos assistenciais da administração;	Diretora do CRAS e CREAS	Imediato e Contínuo
	Realizar levantamento socioeconômico e cadastramento das famílias;	Diretora do CREAS	Até 48 horas
	Analisar possibilidade de inclusão das famílias desabrigada sem Programa Habitacional;	Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social/MP	Conforme critérios do Programa
	Garantir alimentação, quando houver necessidade;	Diretora do Cras	Imediato e durante a emergência
	Providenciar a aquisição e disponibilização de colchões infláveis para utilização nos abrigos temporários, garantindo condições adequadas de acomodação às famílias desalojadas e desabrigadas;	Diretora do Cras	Conforme necessidade
	Contribuir com infraestrutura, equipamentos, veículos e logística.	Diretora do Cras	Conforme necessidade



11.4 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ESTADOS	ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO
ALERTA	Estabelecer escala de plantão da equipe operacional	Secretário	Imediato
	Disponibilizar técnicos para compor equipe de atendimento nas situações de emergência	Departamento de Engenharia	Contínuo
	Disponibilizar máquinas e equipamentos de limpeza	Departamento de Estradas Vicinais	Até 24h
	Realizar limpezas das áreas de risco iminente, com retirada dos lixos e vegetação inadequada, com mão de obra dos garis	Departamento de Estradas Vicinais (Supervisão dos serviços terceirizados)	Durante o período preventivo
	Manter estado de prontidão com equipe mínima disponível	Secretário / Departamento Administrativo	Integral (24h)
	Isolar áreas de risco no perímetro urbano e no sistema viário	Coordenação de Fiscalização e Posturas	Conforme ocorrência
	- Junto à SUTRAN, definir rotas de fuga (roteiros alternativos de trânsito e transporte) com base nos pontos de risco e informar - à Defesa Civil Municipal	- Departamento de Engenharia / Coordenação de Fiscalização e Posturas/ Departamento - Administrativo / Secretário	Até [Data]
EMERGÊNCIA	Disponibilizar técnicos para compor equipe de atendimento nas situações emergenciais	- Departamento de Engenharia / Coordenação de Fiscalização e Posturas/ Departamento - Administrativo / Secretário	Imediato ao acionamento
	- Disponibilizar motoristas para transportar mudanças e operadores de veículos e máquinas para trabalho de cargas e - descargas nas áreas de sinistro	Departamento de Estradas Vicinais	Imediato
	- Providenciar máquinas e equipamento para atendimento e - atuação na situação de emergência	Departamento de Estradas Vicinais	Imediato
	Realizar intervenções estruturais para correção do risco iminente	Departamento de Tapa-Buraco e Obras / Engenharia	Conforme prioridade



	Transportar os pertences das famílias atingidas	• Departamento de Estradas Vicinais	• Durante a evacuação
	Remover resíduos das áreas sinistradas	• Departamento de Estradas Vicinais (Supervisão dos serviços terceirizados)	• Pós-evento imediato
	Contribuir com infraestrutura, equipamentos, veículos e logística	• Secretário / Departamento Administrativo	• Durante a emergência

11.5 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADOS	ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO
ALERTA	• Estabelecer escala de plantão ou de sobreaviso;	• Coordenação do SAMU	• Imediato, após a decretação do estado de alerta
	• Listar os veículos e respectivos motoristas para a prestação de serviço de urgência	• Coordenação de Frota	• Imediato, após a decretação do estado de alerta
	• Definir locais para atendimento das emergências;	• Coordenação do SAMU	• Imediato, após a decretação do estado de alerta
	• Viabilizar controle de vetores;	• Coordenação da vigilância em Saúde	• Imediato, após a decretação do estado de alerta
	• Enviar dos técnicos para disponibilizados para o enfrentamento da situações de emergência;	• Coordenadora da Atenção Básica	• Até 2 horas após a convocação
	• Disponibilizar os técnicos para disponibilizados para o enfrentamento da situações de emergência;	• Coordenadora da Atenção Básica	• Imediato, após a decretação do estado de alerta
EMERGÊNCIA	• Enviar dos técnicos para disponibilizados para o enfrentamento da situações de emergência;	• Coordenadora da Atenção Básica	• Imediato, após a decretação do estado de alerta



	Disponibilizar vacinas, ambulâncias, entre outros;	Coordenadora da Atenção Básica	Até 2 horas após a convocação

11.6 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

ESTADOS	ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO
ALERTA	Estabelecer escala de plantão ou de sobreaviso;	Gabinete SEMAN	Até 24hrs
	Manter estado de prontidão com equipe mínima disponível.	Gabinete SEMAN	Imediato
EMERGÊNCIA	Disponibilizar técnicos para compor equipes de atendimento nas situações de emergência;	Gabinete SEMAN	Até 24 hrs
	Manter equipes permanentes de apoio nos locais de sinistro;	Seman/Direção de Educação Ambiental	Imediato
	Divulgação de material informativo/educativo	Seman/Direção de Fiscalização e Licenciamento	Imediato
	Garantir a fiscalização das áreas de interesse ambiental e de risco, impedindo novas ocupações;	Seman/Direção de Educação Ambiental	Em até 24hrs

	Contribuir com infraestrutura, equipamentos, veículos e logística.	Direção administrativa (veículos)	Até 24 hrs
--	--	-----------------------------------	--

11.7 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ESTADOS	ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO
ALERTA	Estabelecer escala de plantão ou de sobreaviso;	Diretora Financeiro	Imediato, após a declaração do estado de alerta.
	Listar os veículos e respectivos motoristas para prestação de serviço de emergência	Diretor de transporte	Até 2 horas após a convocação.
	Manter estado de prontidão com equipe mínima disponível;	Diretor de transporte	Imediato, após a identificação do risco.
EMERGÊNCIA	Contribuir com infraestrutura, equipamentos, veículos e logística. Contribuir com infraestrutura, equipamentos, veículos e logística.	Diretora Financeiro	Imediato, até 1 hora após o acionamento.
	Disponibilizar técnicos para compor equipes de atendimento nas situações de emergências;	Diretora Financeiro	Imediato, até 2 horas após o acionamento.
	Manter se necessário equipes permanentes nos locais de sinistro;	Diretor de transporte	Imediato; iniciar em até 4 horas, conforme a gravidade.

	Ceder os estabelecimentos de ensino próximo aos locais de emergência, para abrigo, se necessário;	Diretora Financeiro	Até 2 horas após a identificação da necessidade de evacuação.
	Designar cozinheiras, merendeiras e auxiliares de serviços gerais para trabalho permanente nos alojamentos, preferencialmente, com experiências, ficando responsáveis pela separação das refeições e limpeza dos espaços físicos;	- Diretora RH - Diretoras de Ensino .	Imediato, conforme demanda operacional.
	Designar a rota e os motoristas para as áreas de risco	Edivaldo Veloso	Imediato, até 1 hora após o acionamento.

11.8 CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANO

ESTADOS	ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO
ALERTA	Manter estado de prontidão com equipe mínima disponível;	Presidente da Câmara	Imediato, após a decretação do estado de alerta
EMERGÊNCIA	Disponibilizar recursos humanos para compor equipe de atendimento nas situações de emergência;	Vereadores	Imediato, após a decretação
	Agilizar com rapidez os processos legislativos que agilizem as ações de resposta e recuperação.	Vereadores	Imediato, após a decretação

11.9 SUTRAN

ESTADOS	ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZOS
---------	-------------	-------------	--------



ALERTA	Estabelecer escala de plantão da equipe operacional;	Dir. de Transporte de trânsito - SUTRAN	Imediato, após a decretação do estado de alerta
	Disponibilizar recursos humanos para compor equipe de atendimento nas situações de emergência;	Dir. de Transporte e trânsito e Finança - SUTRAN	Até 2 horas após a convocação
	Isolar áreas de risco no sistema viário;	Dir. de Transporte e trânsito – SUTRAN / Agentes de Trânsito	Imediato, após identificação do risco
EMERGÊNCIA	Disponibilizar recursos humanos para compor equipe de atendimento nas situações emergenciais;	Dir. Transporte e trânsito e Finança - SUTRAN	Imediato, até 1 hora após acionamento
	Disponibilizar pessoal para compor equipes de sinalização e transportes e ordenamento do trânsito;	Dir. de Transporte e trânsito – SUTRAN / Agentes de Trânsito	Imediato, até 2 horas após acionamento
	Realizar intervenções estruturais para correção do risco iminente nas vias;	SUTRAN em articulação com Secretaria Municipal de Infraestrutura	Imediato; iniciar em até 4 horas, conforme a gravidade
	Definir as vias alternativas de deslocamento e evacuação;	Dir. de Transporte e trânsito - SUTRAN	Até 2 horas após a identificação da necessidade de evacuação
	Verificar as condições de trafegabilidade e	Dir. de Transporte e trânsito –	Imediato e durante todo o



	sinalização das rotas de fuga;	SUTRAN / Agentes de Trânsito	período de emergência
	Contribuir com infraestrutura, equipamentos, veículos e logística	Dir. de Finança - SUTRAN	Imediato, conforme demanda operacional

11.10 CORPO DE BOMBEIROS – CBM

ESTADOS	ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO
ALERTA	Manter estado de prontidão com equipe disponível;	Comandante do 5º GBM	Tempo do sinistro
	Atender aos chamados de alerta da população pelo número funcional 193;	Equipe de plantão	24 horas
	Analisar os riscos potenciais e sugerir retiradas de pessoas de locais vulneráveis junto a Defesa Civil Municipal;	Comandante do 5º GBM	Tempo do sinistro
	Estabelecer rotas alternativas para deslocamentos das equipes levando em consideração os pontos de riscos;	Comandante do 5º GBM	Tempo do sinistro
	Acionar reforço do Comando Operacional do CBMEPI, se necessário	Comandante do 5º GBM	Tempo do sinistro
	Listar e prever os equipamentos utilizados na ocorrência e quem será responsável pela guarda e disponibilização dos mesmo	Comandante do 1º SGBM/5º GBM	Tempo do sinistro



EMERGÊNCIA	Compor o Posto de Comando juntamente a cúpula da Prefeitura e Coordenador de Defesa Civil Municipal;	Comandante do 1º SGBM/5º GBM	Tempo do sinistro
	Acionar o Plano de Chamada do 5º GBM;	Comandante do 5º GBM	Sempre que necessário
	Isolar juntamente com a Defesa Civil áreas afetadas;	Comandante do 1º SGBM/5º GBM	Sempre que necessário
	Solicitar reforço do Comando Operacional do CBMEPI;	Comandante do 5º GBM	Sempre que necessário
	Receber os acionamentos da população pelo número funcional 193;	Equipe de plantão	24 horas
	Coordenar as retiradas da população de áreas atingidas;	Comandante do 5º GBM	Sempre que necessário
	Deslocar equipe de plantão para realizar socorros e resgate de pessoas e bens.	Comandante do 1º SGBM/5º GBM	Sempre que necessário

11.11 POLÍCIA MILITAR – 3º BPM

ESTADOS	ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO
ALERTA	Manter estado de sobreaviso com equipes mínima disponível;	Major e Tenente	IMEDIATO
	Estabelecer rotas alternativas para deslocamento das equipes levando em consideração os pontos críticos.	Major e Tenente	IMEDIATO

	Listar veículos e respectivos motorista para prestação do serviço de emergência	Major	IMEDIATO
EMERGÊNCIA	A Polícia Militar ficará responsável por intensificar o policiamento ostensivo e repressivo na cidade, mantendo a ordem e a paz social, evitando os saques e as violações dos patrimônios públicos e privados e qualquer outra anormalidade à ordem imposta e dar suporte as outras secretarias, tornando seguro o trabalho de fiscais e técnicos no cumprimento de seu dever;	Major e Tenente	CONTÍNUO
	Em parceria com a SUTRAN, estabelecer rotas de evacuação e o controle do trânsito nas mesmas;	Major e Tenente	IMEDIATO
	Garantir a fiscalização do trânsito próximo as áreas afetadas;	Major e Tenente	CONTÍNUO
	Intensificar o patrulhamento próximo às áreas sinistradas coibindo saques e/ou vandalismo;	Coordenador do Policiamento (CPU)	CONTÍNUO
	Defini quem atuará no posto de comando no gerenciamento das suas ações.	- Tenente Coronel - Major	IMEDIATO

Salienta-se que discriminação das atribuições de cada secretaria, órgãos municipais apresentados e demais órgão envolvidos, trata-se de um rol exemplificativo, podendo haver outras situações, ações, atuações, órgãos e instituições que não foram citadas, mas que podem ser requeridos a colaborar. Todas as ações realizadas por todos os órgãos e instituições, assim como os voluntários estarão sob a orientação e coordenação da Coordenadoria de Defesa Civil Municipal e Corpo de Bombeiros Militar.

Em tempos de normalidade os órgãos e instituições devem atuar de forma a minimizar os riscos de desastres.



12. CONCLUSÃO

O Plano de Contingência elaborado pela Defesa Civil de Floriano, representa um marco fundamental para a gestão de riscos e a mitigação dos impactos causados por enchentes e alagamentos no município. Ao sistematizar procedimentos e ações, este documento garante que a Prefeitura Municipal de Floriano juntamente aos órgãos Estaduais, Federais e Sociedade Civil estejam preparados para responder de forma eficiente e eficaz a eventos adversos.

Com a implementação deste plano, o município de Floriano demonstra seu compromisso com a segurança e o bem-estar de sua população. As ações aqui descritas visam reduzir a vulnerabilidade do município frente a eventos extremos, salvaguardando vidas, patrimônios e o meio ambiente. É importante ressaltar que este plano é um documento vivo, sujeito a revisões e atualizações periódicas, de modo a garantir sua adequação às novas realidades e desafios.

Neste cenário, a Defesa Civil, representada no Município de Floriano pela Coordenação Municipal de Defesa Civil (COMDEC) atua de forma proativa na prevenção, socorro e recuperação comunitário. Contudo, a colaboração de todos é essencial para o sucesso das ações, uma vez que a sinergia entre os atores envolvidos permite otimizar os recursos, agilizar as respostas e minimizar os impactos de eventos adversos, proporcionando pormenorizar os riscos, construindo uma sociedade mais resiliente.

13. OBRAS CONSULTADAS

BRASIL. **Instrução Normativa nº 2 de dezembro de 2016**. Estabelece procedimento se critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências.



BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Coordenadoria de Prevenção e Preparação. Manual de Proteção e Defesa Civil, 2017.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil; Setorização De Áreas Em Alto E Muito Alto Risco A Movimentos De Massa, Enchentes, Enxurradas e Inundações, 2018.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil; Sistema de Alerta de Eventos Críticos. Disponível em

<http://www.cprm.gov.br/sace/index_bacias_monitoradas.php?getbacia=bmadeira

> Acesso em 16.01.2025.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/floriano/historico>. Acesso em jan. 2025.

14. ANEXO I - SISTEMA DE COMANDO /CENTRAL DE GESTÃO DE CRISE - CGC APRESENTAÇÃO

A CGC, como ferramenta gerencial, possui as seguintes características:

- Adaptável a qualquer tipo de emergência ou situação crítica;
- Utilizável em qualquer tamanho de emergência ou situação crítica;
- Utilizável em qualquer combinação de órgãos e jurisdições;
- Ser simples para novos usuários;
- Ter baixo custo e ser adaptável a novas tecnologias.

15. FATORES A SEREM VERIFICADOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DE UMA SITUAÇÃO CRÍTICA

A Situação envolve Alto Risco - Os riscos envolvidos nas situações críticas são altos, ou seja, a possibilidade de que resultados indesejados se concretizem é grande, e as consequências desses resultados indesejados podem ser muito graves,



tais como pessoas mortas, feridas ou desalojadas, propriedades destruídas ou danificadas, com grandes prejuízos; sistema e serviços comprometidos; além de impacto ao meio ambiente.

A Situação ser dinâmica – Em situações crítica o cenário muda com muita rapidez, às vezes de maneira surpreendente, em função da interação complexa de múltiplos fatores como clima, temperatura, vento, luminosidade, comportamento das pessoas envolvidas e desempenho de equipamentos. Além disso, a situação se modifica em resposta às ações empregadas, embora nem sempre da maneira desejada. Finalmente, a dificuldade para obter informações completas e precisas faz com que a percepção da situação crítica se modifique com muita frequência.

A Situação ser Complexa - As situações críticas são complexas por várias razões. Primeiro porque envolvem problemas por si só complexos (resgates, técnicos, derramamentos de produtos perigosos, evacuação de muitas pessoas, triagem de múltiplas vítimas, operação de linhas de alta tensão e ocorrências policiais com reféns são alguns exemplos). Além disso, são complexas porque normalmente envolvem mais de uma organização ou serviço, cada um com diferentes prioridades, procedimentos e responsabilidades. E também podem envolver várias jurisdições.

A Situação ser confusa – Por tudo isso, pode-se dizer que as situações críticas são confusas. Há uma grande dificuldade em estabelecer a comunicação entre as organizações envolvidas, e a falta de informações faz com que o cenário pareça fragmentado. Prioridade e objetivos comuns nem sempre são estabelecidos para as operações, e os recursos não são compartilhados de forma adequada.

16. O ACIONAMENTO E O EMPREGO DO CGC

Esta ferramenta será acionada por decisão do Prefeito do município de Floriano/PI, ouvido o Coordenador Municipal de Defesa Civil, quando constatadas as seguintes situações:

- A.** A Defesa Civil, com o apoio da secretaria diretamente responsável pelo problema relacionado à sua área de atuação (Gabinete, Saúde, Infraestrutura, Educação, Assistência Social e SUTRAN, etc.), concluir que não conseguirá, isoladamente, usando procedimentos de rotina, normalizar a situação,



necessitando para isso o apoio de outros órgãos da própria administração municipal ou de órgãos públicos do Estado ou da União;

- B.** Os órgãos públicos do Estado ou da União (Corpo de Bombeiro Militar, Polícia Militar, etc.), necessitarem do apoio da administração municipal para a estabilização de uma situação crítica no município de Floriano.

17. ROTEIRO PARA ATIVAÇÃO E EMPREGO DO CGC

Após consenso entre as autoridades acima, o Prefeito Municipal instalará o CGC para o gerenciamento da situação crítica e pessoalmente comporá ou designará um representante do município para compor o **Comando Unificado** da operação.

O Prefeito, designará o local para instalação do **Posto de Comando** que atenda aos requisitos de segurança, visibilidade, acessibilidade e controle a situação.

O Prefeito acionará, em caráter de urgência, os representantes dos órgãos diretamente responsáveis pelo restabelecimento da normalidade para reunião do Posto de Comando; O Comando Unificado formado por um representante de cada organização envolvida definirá os objetivos estratégicos a serem atingidos.

Instalado o Comitê de Gerenciamento de Crise e estabelecidos os objetivos estratégicos, o Comando Unificado deverá elaborar um Plano de Ação para orientar a atuação dos diversos órgãos envolvidos. Durante a execução do Plano de Ação pelos órgãos envolvidos o Comando Unificado manterá controle dos recursos empregados (humano e material).

Todas às Secretarias Municipais envolvidas, deverão obter informações junto ao Comando Unificado sobre a situação crítica e sobre a estrutura do CGC estabelecida para o gerenciamento das operações;

Quando a situação crítica for estabelecida ao ponto de ela poder ser conduzida conforme os procedimentos de rotina dos órgãos envolvidos, não exigindo mais uma coordenação especial, o CGC será desmobilizado.

18. LOCALIZAÇÃO DO POSTO DE COMANDO

Para uma eficiente e rápida reunião dos integrantes do Comando Unificado, uma das primeiras providências a serem tomadas, depois de decidida a instalação do CGC, será a definição do local onde funcionará o Posto de Comando.

O Posto de Comando é o local onde o Comando desenvolve as suas atividades de coordenar as ações na situação crítica.

O local definido deve possuir as seguintes características:

- i. Deve permitir, quando for possível, a visualização da situação crítica, mas sem estar exposto ao barulho e à confusão da operação;
- ii. Deve estar em um local seguro;
- iii. Deve ainda ser de fácil acesso e localização;
- iv. Deve estar abrigado dos elementos naturais, propiciando um local onde se possam fazer reuniões e expor placas e folhas de papel com informações de controle da situação;
- v. Deve permitir a sua expansão física (ocupa mais espaço) caso a estrutura de comando aumente.

19. COMPOSIÇÃO DO CGC

19.1 COMANDO UNIFICADO

O Comando Unificado é responsável pelas operações como um todo, incluindo o desenvolvimento e da execução do Plano de Ação e a requisição e liberação de recursos e é formado pelo Staff de Comando e Staff Operacional e coordenado pela Defesa Civil Municipal, apoiado diretamente pelo comando do Corpo de Bombeiros Militar e Comando da Polícia Militar. Preferencialmente, os Staffs serão compostos por um representante de cada órgão responsável pela resposta ao evento. Cada representante deve ter autoridade, habilidade e poder decisório dentro do órgão.

- Atribuições do Comando Unificado
 - Supervisionar as operações;
 - Designar o Posto de Comando e Área de Reunião;
 - Dimensionar o evento e avaliar as prioridades;

- Determinar objetivos estratégicos;
- Desenvolver um plano de ação;
- Desenvolver uma estrutura organizacional adequada;
- Gerenciar os recursos disponíveis;
- Coordenar as atividades como um todo;
- Garantir a segurança;
- Coordenar as atividades com outros órgãos;
- Divulgar informações para a mídia;
- Registrar as informações referentes à operação.
- Executar o check-in dos recursos que chegam à operação, obtendo as informações necessárias e repassando informações sobre a situação crítica;
- Monitorar o status dos recursos, registrando as informações periodicamente ao Coordenador de Operações;
- Atender às solicitações de recursos, designando os recursos disponíveis;
- Montar forças-tarefas combinando recursos conforme a solicitação do Coordenador de Operações.

19.2 Staff de Comando

19.2.1 Coordenador de Segurança

Responsável pela avaliação e gerenciamento dos riscos envolvidos nas atividades que são realizadas, fiscalizando procedimentos de segurança e uso de equipamentos de proteção, monitorando perigos, entre outros aspectos.

19.2.2 Atribuições da Coordenação de Segurança:

- Obter as informações sobre o CGC;
- Avaliar o risco potencial da operação e identificar os requisitos gerais de segurança;
- Avaliar a segurança das pessoas envolvidas na operação e estabelecer medidas preventivas para redução do risco;
- Informar ao Comando os requisitos de segurança para que as pessoas adentrem a área de operação;
- Interromper pessoalmente, de imediato, qualquer ato ou condição insegura que exija rápida intervenção;

- Manter registro das situações inseguras constatadas;
- Participar da elaboração do Plano de Ação visando a estabelecer medidas de segurança.

19.2.3 Coordenação de Ligações

Serve de ponto de contato com os órgãos governamentais, bem como entidades voluntárias, que são chamados a auxiliar em alguma etapa da operação, mas que não farão parte do CGC. Atribuições da Coordenação de Ligações:

- Obter as informações sobre a situação crítica e o CGC;
- Estabelecer um ponto de contato para os órgãos que estão auxiliando e cooperando com a operação;
- Identificar um representante de cada órgão, incluindo meio de contato;
- Atender as solicitações do Comando para estabelecer contato com os órgãos que estão auxiliando e cooperando com a operação;
- Monitorar as operações para identificar possíveis conflitos ou problemas no relacionamento entre os órgãos que estão auxiliando e cooperando com a operação;
- Manter um registro dos órgãos que estão auxiliando e cooperando com a operação e seus contatos;

19.2.4 Porta-Voz

O Porta-Voz é o responsável pelos contatos com a mídia em nome do CGC. Atribuições do Porta-Voz (SECOM):

- Obter as informações sobre a situação crítica do CGC
- Estabelecer um local para a divulgação de informações;
- Preparar um informe inicial sobre a situação crítica assim que possível;
- Estabelecer um contato regular com a mídia para divulgação de informações;
- Observar as restrições para a divulgação de informações estabelecidas pelo Comando;
- Obter a aprovação para os informes antes de serem divulgados;
- Organizar coletivas e intermediar o contato do Comando com integrantes da mídia;

- Controlar o acesso de integrantes da mídia.
- Fornecer e controlar os meios de comunicação eletrônica na operação, integrando a comunicação dos diversos órgãos, agência e jurisdições envolvidas. Coordena as redes de comunicações.

19.2.5 Secretário

O Secretário auxilia o Comando com a preparação e registro de reuniões, organização do Posto de Comando e outras atividades de assessoria direta ao Comando.

Atribuições do Secretário:

- Obter as informações sobre a situação crítica e o CGC;
- Organizar o Posto de Comando;
- Preparar reuniões;
- Registrar as decisões em reunião;
- Resolver problemas relativos ao funcionamento e operacionalidade do Posto de Comando
- Obter as informações sobre a situação crítica e o CGC;
- Sinalizar a Área de Reunião;

19.2.6 Staff Operacional

O Staff Principal é constituído, basicamente, por Coordenador de Operações, Coordenador de Planejamento, Coordenador de Logística e Coordenador de Administração.

19.2.7 Coordenação de Operações

O Coordenador de operações é o responsável pela execução do Plano de Ação. O Coordenador de Operações ativa e supervisiona os elementos operacionais de acordo com o Plano de Ação, e dirige a sua execução.

Atribuições da Coordenação de Operações:

- Obter as informações sobre a situação crítica e o CGC;

- Informar e orientar o pessoal operacional de acordo com o Plano de Ação;
- Determinar a necessidade de recursos adicionais e os solicitar ao Comando
- Determinar a dispensa de recursos em operação, encaminhando-os à Área de Reunião;
- Organizar os recursos disponíveis em seções e setores;
- Manter o Comando informado sobre atividade específicas, eventos e ocorrências.
- Obter as informações sobre a situação crítica e o CGC;
- Participar de reuniões de planejamento quando solicitado pelo Coordenador de Operações;
- Rever os objetivos designados para a sua seção e desenvolver com os integrantes de sua seção alternativas para a coordenação das ações;
- Determinar tarefas específicas para os recursos que integram a sua seção;
- Resolver problemas logísticos relatados pelos recursos que integram sua seção;
- Manter o Coordenador de Operações informado sobre modificações importantes na execução do Plano de Ação, necessidade de recursos adicionais, possibilidade de liberar recursos, situações de perigo ou outros eventos significativos.

19.2.8 Coordenador de Planejamento

Auxilia o Comando Unificado a elaborar o Plano de Ação, que reúne e avalia as informações relativas à situação e ao conjunto de recursos envolvidos.

Atribuições do Coordenador de Planejamento:

- Obter informações sobre a situação crítica e o CGC;
- Reunir, registrar, avaliar e repassar as informações para o Comando;
- Auxiliar o Comando na elaboração, acompanhamento e alteração do Plano de Ação;
- Elaborar relatórios informando a situação e suas tendências;
- Monitorar o conjunto de recursos na cena, incluindo aqueles que estão em operação, na Área de Reunião e nas bases;
- Documentar o evento, produzindo os expedientes necessários;

- Planejar e implementar a desmobilização dos recursos;
- Coordenar a ação de especialista e colaboradores;
- Documenta e monitora os recursos envolvidos na operação;
- Registra e protege todos os documentos relevantes para o evento e a operação.
- Determina os procedimentos para a desmobilização dos recursos empenhados na operação de forma gradual, ordenada e segura;

19.2.9 Coordenador de Logística

O Coordenador de Logística é responsável pelo funcionamento das instalações, serviços e materiais para o suporte às operações. O Coordenador de Logística participa no desenvolvimento e implementação do Plano de Ação.

Atribuições do Coordenador de Logística:

- Obter as informações sobre a situação crítica e o CGC.
- Planejar e organizar a logística;
- Gerenciar os serviços, materiais e instalações da operação;
- Supervisionar as funções de serviços médico, comunicações e alimentação;
- Supervisionar as funções relacionadas a suprimentos, instalações e suporte;
- Manter o Comando informado sobre quaisquer intercorrências.

19.2.10 Coordenador de Administração

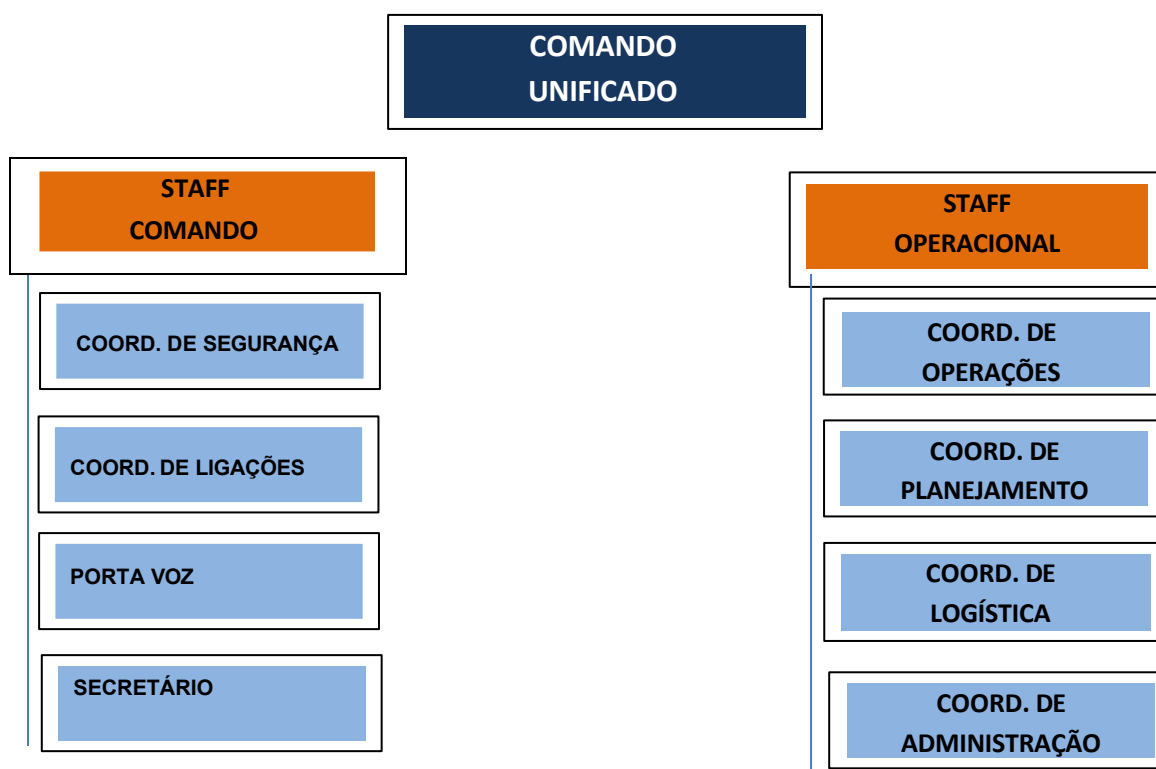
O Coordenador de Administração é responsável por todos os aspectos relacionados a compra, locação e pagamento de materiais e serviços, além de controlar o emprego dos recursos humanos para efeito de hora extra, se for o caso.

Atribuições do Coordenador de Administração:

- Obter as informações sobre a situação crítica do CGC;
- Realizar compra, locação, contratação e pagamento de materiais e serviços;
- Controlar e registrar os custos da operação;
- Ativar e supervisionar as seções de emprego de pessoas, de compras e pagamentos e de custo, conforme a necessidade.

- Controla as horas de trabalho do pessoal empregado na operação para fins de pagamento, hora extra e adicional noturno, além de diárias no caso de deslocamento;
- Realiza os procedimentos legais e operacionais para a compra de bens e serviços, seja para o pessoal empregado na operação, seja para a população afetada pelo evento.
- Controla os gastos com a operação, a fim de determinar o custo da mesma e identificar a necessidade de recursos financeiros adicionais.

20. ORGANOGRAMA DO CGC



Anexo 03

21. INTEGRAÇÃO TECNOLÓGICA E COMUNICAÇÃO IMEDIATA

Espelhamento Digital dos Comandos Internos.

21.1 DIRETRIZ ESTRATÉGICA

Este anexo estabelece a camada tecnológica que operacionaliza os Comandos Internos definidos no Anexo 01. A finalidade é garantir que a hierarquia de decisão do

município de Floriano seja suportada por uma comunicação imediata, rastreável e sincronizada, conectando o Gabinete de Gestão de Crise aos parceiros em campo.

21.2 ESPELHAMENTO DO COMANDO INTERNO (Sincronização Digital)

Abaixo, detalhamos como cada nível de comando do Anexo 01 é "espelhado" e potencializado pela tecnologia do projeto Defesa Civil Digital:

Nível de Comando (Anexo 01)	Espelhamento Tecnológico (Anexo 02)	Ferramenta de Conexão Imediata
Coordenação Geral (Prefeito)	Painel de Controle Estratégico: Visão macro de todas as ocorrências críticas e recursos mobilizados em tempo real.	Dashboard de Gestão (Real-time)
Gabinete de Gestão de Crise	Sala de Situação Virtual: Ambiente digital onde os dados triados pela IA são validados e as ordens de serviço são disparadas.	Plataforma Web / Notificações Push
Coordenação Setorial (Secretários)	Módulo de Despacho Setorial: Recebimento imediato de demandas específicas da pasta (Ex: Infra recebe obstruções; SEMDAS recebe desalojados).	Aplicativo de Gestão / WhatsApp Business
Equipes de Campo (Agentes/Técnicos)	Terminal de Operação Móvel: Recebimento de geolocalização exata, fotos do local e chat direto com a central de comando.	App Mobile / GPS Integrado

21.3 FLUXO DE COMUNICAÇÃO IMEDIATA COM PARCEIROS

Para que a conexão entre os parceiros seja "espelhada" e eficiente, o fluxo tecnológico segue o rigor da hierarquia de comando:

- I. CAPTAÇÃO:** O cidadão aciona o WhatsApp oficial. A IA realiza a triagem e identifica a urgência.
- II. CONEXÃO IMEDIATA:** O sistema identifica o tipo de risco e notifica simultaneamente os parceiros necessários, exemplo:
 - a)** Risco em Rodovia Federal: Alerta imediato no canal de integração com a PRF.
 - b)** Bloqueio Urbano: Notificação automática para a SUTRAN isolar a área.
 - c)** Famílias Isoladas: Disparo de ficha de atendimento para a SEMDAS.

d) Danos Estruturais/Obstrução: Ordem de serviço para a equipe de Infra.

III. SINCRONIZAÇÃO: Todos os parceiros visualizam o mesmo protocolo. Exemplo: Quando a SUTRAN bloqueia uma via, a Infra e a Defesa Civil recebem a confirmação no sistema, evitando sobreposição de esforços.

21.4 MATRIZ DE CONEXÃO DOS PARCEIROS (QUEM RECEBE O QUÊ)

Parceiro Institucional	Gatilho Tecnológico (Ocorrência)	Ação de Conexão Imediata
Infraestrutura (Infra)	Drenagem obstruída / Queda de árvore / Rompimento.	Recebe Ordem de Serviço com localização e fotos para envio de maquinário.
SUTRAN	Vias alagadas / Acidentes urbanos / Interdições.	Recebe alerta para isolamento de tráfego e definição de rotas de fuga.
PRF	Problemas nas BR-230 e BR-343 / Queda de pontes.	Recebe notificação crítica para controle de fluxo interestadual.
SEMDAS	Desalojados / Insegurança alimentar / Abrigos.	Recebe lista de famílias atingidas para assistência e ativação de abrigos.
Saúde (SMS)	Feridos / Riscos sanitários / Remoções médicas.	Recebe chamado de suporte médico com prioridade crítica.

21.5 MONITORAMENTO E AUDITORIA DA RESPOSTA

Diferente dos comandos manuais, o espelhamento tecnológico permite:

- Timestamp (Registro de Horário): Saber exatamente quando o comando foi dado e quando o parceiro iniciou a ação.
- Evidência Digital: O parceiro anexa fotos da conclusão da tarefa no próprio sistema, informando ao Gabinete de Crise que a área está liberada.
- Feedback ao Cidadão: O sistema informa automaticamente ao morador que o "Comando Interno" já despachou a equipe para o local.

Este Anexo 02 é o braço tecnológico do PLANCON Floriano, garantindo que a hierarquia do Anexo 01 se transforme em ação imediata e coordenada.



ANEXO III - CONTATOS EM CASOS DE SITUAÇÕES DE RISCO E ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS

ÓRGÃO/ INSTITUIÇÃO	RESPONSÁVEL	CONTATO
GABINETE DO PREFEITO – GP	ANTONIO REIS NETO	89 99423-6395
GABINETE DO VICE-PREFEITO – GVP	JOAB CARVALHO CURVINA	89 99921-1700
COORD. DE DEFESA CIVIL – COMDEC	THAIS TRAJANO COSTA OLIVERIA	89 994464095
CAMARA MUNICIPAL DE FLORIANO	MARCONY ALISON	89 99974-0572
3º BATALÃO DE POLÍCIA MILITAR – 190	TEN. CEL. GILSON LEITE	86 99437-0567
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR – 193	CAP. LUCAS XAVIER	89 99428-8946
SEC. MUNIC. DE GOVERNO	LAURO CRONEMBERGER	98 98441-0714
SEC. MUNIC. DE DESENVOL. E ASSIT. SOCIAL	IURI DE OLIVEIRA PRAÇA	89 994523827
SEC. MUNIC. DE INFRAESTRUTURA	LOURENÇO M. P. DA CRUZ	89 99926-1876
SEC. MUNIC. DE DESENV. ECON. E TURISMO	EUCLIVANYA DE S. SÁ BEZERRA	89 99415-5881
SEC. MUNIC. DE SAÚDE	CAROLINE REIS	89 99403-5347
SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	MARISOL SIMPLICIO	89 99985-1319
SEC. MUNIC. DE MEIO AMBIENTE E REC. HIDRICOS	HAILA CURY-RAD OKA	89 99984-6140
SEC. MUNIC. DE ADM. E PLANEJAMENTO	RENATA SINIMBU	89 99984-2401
SEC. MUNIC. DE DESENVOL. RURAL E ABAST	ENOFRE CARVALHO DA SILVA	89994293532
SEC. MUNIC. DE FINANÇAS	PHILIPPE CRONEMBERGER	89 99940-0800
SEC. MUNIC. DE COMUNICAÇÃO	LEONARDO CARLOS DOS SANTOS COSTA	89994069563
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	JOSSANDRO DA SILVA OLIVEIRA	89 99414-6423
SUPERINT. MUNICIPAL DE TRANSP. E TRÂNSITO	JOSÉ RIBAMAR AMARANTE	



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	ÂNGELA E. DAMAS COSTA	89 99975-9285
OUIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO	ILZILENE REIS BARROS	89 99987-7387
SEC. MUNIC. EXECUT. DE PARCERIAS E CONCESSÕES	HEMERSON MOREIRA	89 99411-0313

ANEXO IV - ROTAS DE FUGA

A ser definido tecnicamente pela SUTRAN, INFRAESTRUTURA e demais órgãos afins.

ANEXO V – PISTA PARA POUSO DE AERONAVES

DESCRIÇÃO/LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE
AEROPORTO CANGAPARA	01
 	
SIGLAS: FLB (IATA) - SNQG (ICAO)	
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude - 6° 50' 46"S – Longitude - 43° 04' 41" W;	
PISTA: Asfaltada com 1800 m de comprimento por 45 m de largura e a 210 m de altitude;	
OPERAÇÃO: Diurna por aproximação visual;	



Localizada na estrada de ligação entre as rodovias PI-250 e PI-140, ao sul do município e a cerca de 12 km do centro da cidade de Floriano que está localizada na região do médio Parnaíba no estado do Piauí.

DISTÂNCIAS AÉREAS COM OUTROS AEROPORTOS

REGIÃO: Teresina 240 km; Parnaíba 464 km; Juazeiro do Norte 422 km; São Luís 490 km NORTE: Belém 852 km; Manaus 1926 km; Porto Velho 2302 km; Rio Branco 2748 km NORDESTE: Fortaleza 608 km; Natal 860 km; Recife 910 km; Salvador 851 km

CENTRO OESTE: Brasília 1133 km; Campo Grande 1962 km; Cuiabá 1724 km; Goiânia 1276 km

SUDESTE: Confins (BH) 1423 km; Campinas 1847 km; Galeão (RJ) 1774 km; Guarulhos (SP) 1879 km

SUL: Curitiba 2175 km; Florianópolis 2385 km; Foz do Iguaçu 2410 km; Porto Alegre 2707 km

OBS.: Pista para aeronaves de pequeno porte.



BIBLIOGRAFIA

Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – Ministério da Integração Nacional – Brasília 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Glossário de Defesa Civil: Estudos de Riscos e de Desastres**. Brasília, DF: SEDEC, 2013.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE)**. Portaria nº 260, de 2 de fevereiro de 2022. Brasília, DF, 2022.

FLORIANO (Piauí). Prefeitura Municipal. **Decreto Municipal nº 022, de 28 de fevereiro de 2026**. Declara Situação de Emergência em áreas do município afetadas por chuvas intensas e alagamentos. Floriano, PI: Diário Oficial das Prefeituras Piauienses, Ano VI, Edição MCLXXVI, 03 mar. 2026.

FLORIANO (Piauí). Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMDEC). **Relatório Conclusivo e Quantitativo / Parecer Técnico: Situação de Emergência – Alagamento**. Floriano, PI, 2026.

FLORIANO (Piauí). Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Floriano**. Floriano, PI: Secretaria Municipal de Planejamento, 2025.

FLORIANO (Piauí). Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SEMDAS). **Levantamento de Demandas e Famílias Atingidas por Eventos Hidrológicos**. Floriano, PI: CRAS II, 2026.



CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS (CEMADEN). **Boletim de Monitoramento de Alertas e Riscos Hidrometeorológicos**. São José dos Campos, SP: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2026.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS (CPRM). Serviço Geológico do Brasil. **Monitoramento da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba: Sistema de Alerta Hidrológico**. Teresina, PI, 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (INMET). **Previsões Climáticas e Painel El Niño 2026-2027**. Brasília, DF: Ministério da Agricultura e Pecuária, 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico do Município de Floriano, Piauí**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/floriano/historico>. Acesso em: 19 ago. 2026.

PARENTES, Francisco. **Projeto do Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara (1873)**. Documentação Histórica do Município de Floriano. Floriano, PI, 2025.

Floriano-PI, 02 de setembro de 2026

COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL